

FACULDADE DE CIÊNCIAS GERENCIAIS DE SÃO GOTARDO
CENTRO DE ENSINO SUPERIOR DE SÃO GOTARDO

PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO

Curso de Administração com ênfase em Agronegócio



SUMÁRIO:

APRESENTAÇÃO E JUSTIFICATIVA	04
1. O CURSO DE ADMINISTRAÇÃO	06
2. O CURSO DE ADMINISTRAÇÃO E SUA ÊNFASE EM AGRONEGÓCIO	17
2.1. O Conceito de Agronegócio como fundamento de desenvolvimento de uma Grade Curricular adequada ao Curso de Administração	17
2.2. Da Formação de Recursos Humanos para o Agronegócio	20
2.3. A Grade Curricular de um Curso de Administração com ênfase em Agronegócio.....	22
3. O CURSO DE ADMINISTRAÇÃO COM ÊNFASE EM AGRONEGÓCIO NO CESG ..	25
3.1. Justificativa de um Curso de Administração com ênfase em Agronegócio na Região do Alto Paranaíba	25
3.2. Aspectos Gerais do Curso de Administração com ênfase em Agronegócio do CESG: Duração, Carga Horária e Grade Curricular	26
4. DA ENTIDADE MANTENEDORA	31
5. DA ESTRUTURA ADMINISTRATIVA DO CURSO	34
5.1. DIRIGENTES	34
5.1.1. Diretor-Geral – Acadêmico e Administrativo	34
5.1.2. Coordenação do Curso – Acadêmico	35
5.1.3. Secretária-Geral – Acadêmico	37
5.1.4 Diretoria Financeira – Administrativo	37
5.1.5 Diretora de Relações Exteriores - Acadêmico e Administrativo	37
5.2. APOIO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO	38
5.2.1 – Técnico em Informática	38
5.2.2 – Biblioteconomista	38
5.3. ESTRUTURA ADMINISTRATIVA DA FACULDADE	38
6. CARACTERÍSTICAS GERAIS DO CURSO	42
6.1 DESIGNAÇÃO	42
6.2. MISSÃO	42
6.3. FINALIDADES	42

**CESG CENTRO DE ENSINO SUPERIOR DE SÃO GOTARDO**

6.4. OBJETIVO GERAIS	42
6.5. OBJETIVOS ESPECÍFICOS	43
7. PERFIL, COMPETÊNCIAS E HABILIDADES DO PROFISSIONAL	45
8. CONCEPÇÃO CURRICULAR	48
8.1. Premissas Metodológicas	48
8.2. Articulação entre os Períodos	48
8.2.1. Conhecimentos que compõem o Módulo Básico/Instrumental	49
8.2.2. Conhecimentos que compõem o Módulo de Formação Profissional	50
8.2.3. Conhecimentos que compõem o Módulo de Disciplinas Complementares e Eletivas	51
8.2.4 - Estágio Supervisionado	52
8.3. A Interdisciplinariedade	52
8.4. Articulação com Atividades de Pesquisa e Extensão	53
9. GRADE CURRICULAR	54
9.1. Relação de Disciplinas por Semestre	54
9.2. Relação das disciplinas dos Módulos Básico/Instrumental, Formação Profissional e Complementares e Eletivas: Consta no Anexo I	57
10. INFRA-ESTRUTURA BÁSICA	58
10.1 Infra-estrutura para as disciplinas do Módulo Básico/Instrumental	58
10.2 Infra-estrutura para as disciplinas do Módulo de Formação Profissional	58
10.3 Infra-estrutura para o Módulo de Disciplinas Complementares e Eletivas	58
10.4 Estágio Supervisionado	58
11. CORPO DOCENTE E TÉCNICO ADMINISTRATIVO	60
11.1. Docentes	60
11.2. Corpo Técnico-Administrativo	61
12. DADOS GERAIS DO CURSO	62

APRESENTAÇÃO E JUSTIFICATIVA

O Projeto Político Pedagógico do curso de Bacharelado em Administração é o documento que imprime direção com especificidades e singularidades, apresentando de forma clara o funcionamento do curso, determinando suas prioridades e estabelecendo estratégias de trabalho.

O ensino de graduação, voltado para a construção do conhecimento, não pode pautar-se por uma estrutura curricular rígida. A flexibilidade desperta, então, como elemento indispensável à estruturação curricular, de modo a atender tanto às demandas da sociedade tecnológica moderna quanto àquelas que direcionam a uma dimensão criativa e libertária para existência humana.

Neste contexto, a atual flexibilização curricular é condição necessária à efetivação de um projeto de ensino de qualidade.

A elaboração participativa do Projeto Político Pedagógico buscou fazer com que cada um dos envolvidos no curso de Administração se tornasse intrinsecamente ligado pelo desafio que representa a construção e ação universitária. Sua caracterização, vitalidade, avaliação e atualização por certo dependerão do compromisso coletivo com o que nele está proposto e com as transformações da universidade e da sociedade.

A comunidade acadêmica do curso de Administração, desejando contribuir para a sustentação de prioridades e o enfrentamento de desafios, com senso de empreendimento e determinação em pensar constantemente sobre suas próprias ações avaliando resultados e perspectivas, apresenta este Projeto Político Pedagógico, que norteará as ações do curso com base em aspirações coletivas.

O Projeto Político-Pedagógico e de Reformulação Curricular do Curso de Administração que estamos apresentando é o resultado de processo de discussão entre a Coordenação do Curso (composta pelos seus docentes) e o Conselho Diretor da Faculdade de Ciências Gerenciais de São Gotardo, e também, avalizado por docentes de outras Universidades que militam na área de Agronegócio e de Administração. Participaram deste processo também, administradores, engenheiro de produção e agrônomos que contribuíram com opiniões relevantes para que essa mudança fosse homologada pela Diretoria.

Seus resultados principais foram: a adequação do Curso as exigências contidas nas Resoluções nº 1, de 2 de fevereiro de 2004, do Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Superior, revogada posteriormente pela Resolução nº 4, de 13 de julho de 2005 que serviu de base para a ampliação da formação nos principais



CESSG CENTRO DE ENSINO SUPERIOR DE SÃO GOTARDO

conceitos relacionados à Administração e a ampliação da formação tecnológica dos alunos.

Para efetivar essa mudança foram criadas novas disciplinas e outras reformuladas.

Equipe que apontou sugestões para a Reformulação Curricular do Curso de Administração com ênfase em Agronegócio:

- Prof. Orlando Roberto
- Prof. Márcio Lopes Pimenta
- Prof. Francisco Assis de Oliveira
- Prof. Alan Kardec Veloso de Matos
- Prof. Diretor João Eduardo Lopes Queiroz
- Prof. Henrique Sbrana Filho
- Profª. Maria Eunice Lopes
- Prof. Coordenador Adriano Abreu de Rezende

A comissão apontada participou dando sugestões de inserções ou retirada de determinadas disciplinas. Dessas sugestões, tomaram-se notas e transformou-as na Nova Grade Curricular que foi considerada adequada às exigências atuais por todos os professores do curso.



1. O CURSO DE ADMINISTRAÇÃO

Em estudo realizado pela Universidade Federal Fluminense, seus pesquisadores relatam que¹:

Os cursos de administração no Brasil têm uma história muito curta, principalmente se a compararmos com a dos EUA, onde os primeiros cursos na área iniciaram no final do século passado, com a criação da Wharton School, em 1881. Em 1952, ano em que se iniciava o ensino de administração no Brasil, os EUA já formavam em torno de 50 mil bacharéis, 4 mil mestres e 100 doutores, por ano, em administração (Castro, 1981).

Couvre (1982) diz que a evolução de tais cursos apresenta-se como uma faceta do desenvolvimento do espírito modernizante. É, pois, neste sentido, isto é, na mudança e desenvolvimento da formação social brasileira, que devemos buscar as condições e as motivações para a criação desses cursos. Para a autora, tais motivações estão relacionadas com o caráter de especialização e com o uso crescente da técnica, tornando imprescindível a necessidade de profissionais para as diferentes funções de controlar, analisar e planejar as atividades empresariais.

Segundo Martins (1989), o contexto para a formação do administrador no Brasil começou a ganhar contornos mais claros na década de quarenta. A partir desse período, acentua-se a necessidade de mão-de-obra qualificada e, conseqüentemente, a profissionalização do ensino de administração. O autor afirma que "o desenvolvimento de uma sociedade, até então, basicamente, agrária que passava gradativamente a ter seu pólo dinâmico na industrialização, colocou como problema a formação de pessoal especializado para analisar e planificar as mudanças econômicas que estavam ocorrendo, assim como incentivar a criação de centros de investigação vinculados à análise de temas econômicos e administrativos".

Segundo esta visão, tratava-se de formar, a partir do sistema escolar, um administrador profissional, apto para atender o processo de industrialização, que se desenvolvia de forma gradativa, desde a década de 30 e que ficou acentuado no momento da regulamentação da profissão, ocorrida na metade dos anos sessenta, através da Lei nº 4.769, de 09 de setembro de 1965. Após esta lei, o acesso ao mercado profissional seria privativo dos portadores de títulos expedidos pelo sistema universitário.

Portanto, tal ensino veio privilegiar a participação das grandes unidades produtivas, que passaram a constituir um elemento fundamental na economia do país, principalmente a partir de 1964.

Para Martins (1989), a grande preocupação com assuntos econômicos tem seu marco em 1943. Neste ano, realizou-se, no Rio de Janeiro, o primeiro Congresso Brasileiro de Economia, onde se manifestava grande interesse pela industrialização do país, postulando-se iniciativas concretas por parte do Estado para motivar a pesquisa em assuntos econômicos. Porém, tais estudos vinham sendo realizados basicamente nos cursos de Direito, na disciplina de economia, vista como "formação geral".

Somente em 1945, surgiram os primeiros resultados quanto à implantação desse ensino. Neste ano, Gustavo Capanema, Ministro da Educação e Saúde, encaminhou à

¹ Disponível em: <http://www.uff.br/macae/bensino.htm>



CESG CENTRO DE ENSINO SUPERIOR DE SÃO GOTARDO

Presidência da República um documento que propunha a criação de dois cursos universitários, o de Ciências Contábeis e o de Ciências Econômicas. O documento afirmava que as atividades de direção e orientação, tanto nos negócios públicos como empresariais, atingiram um nível de maior complexidade, exigindo de seus administradores e técnicos conhecimentos especializados. Isto permitiu que os cursos de Economia passassem a ter um caráter de especialização, não mais de natureza genérica, como anteriormente.

A criação desses cursos assume um papel relevante, uma vez que passou a ampliar a organização escolar do país que, até então, constituía-se apenas de engenheiros, médicos e advogados.

Neste sentido, é significativo considerar a importância do manifesto dos "Pioneiros da Educação Nova" quando, ainda em 1932, abordavam a necessidade de outros cursos universitários, além dos já mencionados acima.

Couvre (1982) vêm confirmar o pensamento dos autores já referidos, afirmando que o ensino de administração está relacionado ao processo de desenvolvimento do país. Salienta que sua criação intensificou-se, sobretudo, após a década de sessenta, com a expansão do ensino superior, no qual o ensino de administração está inserido.

Segundo a autora, este processo de desenvolvimento foi marcado por dois momentos históricos distintos. O primeiro, pelos governos de Getúlio Vargas, representativo do projeto "autônomo", de caráter nacionalista. O segundo, pelo governo de Juscelino Kubitschek, evidenciado pelo projeto de desenvolvimento associado, caracterizado pelo tipo de abertura econômica de caráter internacionalista. Este último apresentou-se como um ensaio do modelo de desenvolvimento adotado após 1964. Neste período, o processo de industrialização acentuou-se, sobretudo devido à importação de tecnologia norte-americana.

O surto de ensino superior, e em especial o de administração, é fruto da relação que existe, de forma orgânica, entre esta expansão e o tipo de desenvolvimento econômico adotado após 1964, calcado na tendência para a grande empresa. Neste contexto, tais empresas, equipadas com tecnologia complexa, com um crescente grau de burocratização, passam a requerer mão-de-obra de nível superior para lidar com esta realidade.

Para Martins (1989), o surgimento da Fundação Getúlio Vargas (FGV) e a criação da Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo (USP) marcou o ensino e a pesquisa de temas econômicos e administrativos no Brasil, contribuindo para o processo de desenvolvimento econômico do país.

Tais instituições ocuparam uma posição dominante no campo das instituições de ensino de administração, assim como de referência do posterior desenvolvimento desses cursos.

É importante considerar que a idéia dos criadores destas instituições era criar um novo tipo de intelectual, dotado de uma formação técnica, capaz de revestir suas ações de conhecimentos especializados como uma estratégia indispensável ao prosseguimento das transformações econômicas iniciadas em meados dos anos trinta.

Segundo Martins (1989), tratava-se de formar, a partir do sistema escolar, o "administrador profissional". Segundo o autor, este processo ficaria acentuado no momento da regulamentação da profissão, ocorrida na metade dos anos sessenta – 1965 –, quando o acesso ao mercado profissional seria privativo dos portadores de títulos expedidos pelo sistema universitário.



CESG CENTRO DE ENSINO SUPERIOR DE SÃO GOTARDO

A Fundação Getúlio Vargas (FGV) representa a primeira e mais importante instituição que desenvolveu o ensino de administração. Sua origem remonta à criação do Departamento de Administração do Serviço Público – DASP, em 1938.

Este órgão tinha, como finalidade, estabelecer um padrão de eficiência no serviço público federal e criar canais mais democráticos para o recrutamento de Recursos Humanos para a administração pública, através de concursos de admissão.

A idéia da criação da nova instituição foi bem acolhida pelo então presidente da República, Getúlio Vargas, que autorizou o DASP a promover a abertura de uma entidade voltada ao estudo de princípios e métodos da organização racional do trabalho, visando à preparação de pessoal qualificado para a administração pública e privada. Tal entidade surge, através do Decreto nº 6.933, próxima do pólo dominante dos campos do poder político e econômico.

Foi na Fundação Getúlio Vargas que surgiram os primeiros institutos de investigação sobre assuntos econômicos do país, com propósito de fornecer resultados para as atividades dos setores estatal e privado.

Segundo Martins (1989), a Fundação Getúlio Vargas tem apresentado um vínculo entre seus organizadores e o ensino universitário norte-americano, de onde proveio a inspiração para estruturá-lo em termos de fundação. A criação da FGV ocorreu num momento em que o ensino superior brasileiro desloca-se de uma tendência européia para uma tendência norte-americana. Isto é evidente, uma vez que a FGV tomou como referência os cursos daquele país. Segundo o autor, o objetivo da Fundação era formar especialistas para atender ao setor produtivo, e para tal inspirou-se em experiências norte-americanas. Em 1948, representantes desta instituição visitaram vinte e cinco universidades americanas que mantinham cursos de administração pública, com intuito de conhecer diferentes formas de organização. Isto favoreceu a realização de encontros entre representantes da Fundação Getúlio Vargas e professores norte-americanos quanto à criação de uma escola visando ao treinamento de especialistas em administração pública.

Fruto destas relações, em 1952, tivemos a criação da Escola Brasileira de Administração Pública (EBAP), pela Fundação Getúlio Vargas, com o apoio da ONU e da UNESCO para a manutenção inicial. O convênio com tais organismos internacionais previa a manutenção de professores estrangeiros na escola e bolsas de estudo para o aperfeiçoamento no exterior dos futuros docentes.

Martins (1989) afirma que, com a criação da EBAP no Rio de Janeiro, a Fundação Getúlio Vargas preocupou-se com a criação de uma escola destinada especificamente à preparação de administradores de empresa, vinculada ao mundo empresarial, com o objetivo de formar especialistas em técnicas modernas de administração empresarial.

Esta situação permitiu, em 1954, a criação da Escola de Administração de Empresas de São Paulo (EAESP). É importante considerar que a FGV escolheu esta cidade por ser considerada a capital econômica do país, "coração e cérebro da iniciativa privada", com intuito de atender às expectativas do empresariado. Para a implantação de tal escola, a Fundação Getúlio Vargas buscou apoio do governo federal, do Estado de São Paulo e da iniciativa privada.

Para iniciar as atividades nesta nova instituição, a Fundação Getúlio Vargas firmou um acordo com a USAID (Desenvolvimento Internacional do Governo dos Estados Unidos). Neste convênio, o governo norte-americano se comprometia a manter junto a esta escola uma missão universitária de especialistas em administração de empresas, recrutados junto à Universidade Estadual de Michigan. Por outro lado, a Fundação Getúlio Vargas



CESG CENTRO DE ENSINO SUPERIOR DE SÃO GOTARDO

enviaria docentes para estudos de pós-graduação nos Estados Unidos, com intuito de preencher os quadros do corpo docente da EAESP. Tal convênio revela a influência do ensino de administração norte-americano na realidade brasileira, evidenciado, sobretudo, através dos currículos e bibliografias.

Segundo Martins (1989), a missão universitária norte-americana atuou nesta instituição até 1965, fornecendo uma forte estrutura acadêmica, permitindo-lhe ocupar uma posição dominante no funcionamento dos cursos de administração na sociedade brasileira.

Para Schuch Júnior (1978), com a criação da Escola de Administração de Empresas de São Paulo (EAESP), surgiu o primeiro currículo especializado em administração, tendo influenciado, de alguma forma, o movimento posterior nas instituições de ensino superior do país.

Segundo Martins (1989), a partir da década de sessenta, a Fundação Getúlio Vargas passou a criar cursos de pós-graduação nas áreas de economia, administração pública e de empresas. Em meados dessa década, iniciou a oferta regular dos cursos de mestrado. Com a criação dos cursos de mestrado, a Fundação Getúlio Vargas passou a ser o centro formador de professores para outras instituições de ensino, no momento em que ocorreu uma enorme expansão dos cursos de Administração. Fruto dessa expansão, na metade da década de setenta, passou a ministrar um programa de doutorado nestas áreas.

Outra instituição de muita relevância para o desenvolvimento do ensino de administração tem sido a Universidade de São Paulo (USP). Surgiu da articulação de políticos, intelectuais e jornalistas, vinculados ao jornal de São Paulo.

Para Martins (1989), foi em 1934 que surgiu a Universidade de São Paulo através da aglutinação de faculdades já existentes e da abertura de novos centros de ensino. Em 1946, é criada a Faculdade de Economia e Administração – FEA – que tinha por objetivo formar funcionários para os grandes estabelecimentos de administração pública e privada.

O fator que veio repercutir na criação da FEA foi, principalmente, o grande surto de industrialização, quando surgiram empresas movimentando altos capitais, as quais exigiram, para sua direção, técnicas altamente especializadas.

Assim como a Fundação Getúlio Vargas, através da EBAP e da EAESP, também a Faculdade de Economia e Administração foi criada com um objetivo prático e bem definido, isto é, atender, através da preparação de recursos humanos, as demandas oriundas do acelerado crescimento econômico.

Martins (1989) afirma que foram os interesses públicos e privados que influenciaram na criação da FEA. Segundo o autor, o objetivo era prestar colaboração às empresas privadas e a todos os órgãos do serviço público. Desde o seu início, procurou criar relações principalmente com a administração pública local. Estabeleceu contato com a Federação das Indústrias, com a Associação Comercial do Estado e com a iniciativa privada. Tais relações permitiram que o quadro de professores acumulasse, além de suas funções didáticas, um trabalho de assessoria junto a organismos privados e à administração estatal.

No interior da FEA, foram criados institutos que desempenharam um papel estratégico na articulação com o campo do poder econômico, na medida em que passaram a prestar serviços a organismos públicos e privados.



CESG CENTRO DE ENSINO SUPERIOR DE SÃO GOTARDO

É importante mencionar o Instituto de Administração, criado em 1946, que, juntamente com a FEA, foi, até 1966, muito importante na orientação de projetos e pesquisas para a administração pública e estatal.

Quanto à sua origem, a Faculdade de Economia e Administração, nos seus primeiros vinte anos, possuía apenas os cursos de Ciências Econômicas e Ciências Contábeis, deixando de oferecer os cursos de Administração. Mesmo assim, ambos os cursos evidenciavam um conjunto de disciplinas que tratava de questões administrativas. O Instituto de Administração tinha por objetivo realizar pesquisas na área. Esta orientação permitiu o surgimento da Revista de Administração, através do Departamento de Serviço Público.

Somente no início dos anos sessenta, a Faculdade de Economia e Administração sofreu algumas alterações estruturais, dando origem ao Departamento de Administração, composto por disciplinas integradas aos cursos de Ciências Econômicas e Ciências Contábeis. Segundo Martins (1989), nesta época, surgiram os primeiros cursos de pós-graduação nesta Faculdade, inclusive os de Administração, embora, ainda não existisse o curso de graduação. Isto somente veio a ocorrer em 1963, quando a FEA passou a oferecer os cursos de Administração de Empresas e de Administração Pública.

É importante considerar que, enquanto a criação da EBAP e EAESP correspondeu a um momento histórico, em que o segundo Governo de Vargas procurou conduzir uma política econômica, baseada na criação de empresas estatais e empresas privadas nacionais, retornando ao tema do nacionalismo, a criação do curso de Administração da FEA coincidiu com um momento em que a grande empresa estrangeira havia se consolidado no mercado interno nacional.

A partir de 1972, o Instituto de Administração foi reestruturado, não mais ligado a um grupo de disciplinas, mas ao Departamento de Administração. Seu principal objetivo passou a ser a prestação de serviços a entidades públicas e privadas, realizando pesquisas e treinamento de pessoal. Segundo Martins (1989), os serviços prestados geraram um fundo de pesquisa, transformando-o num órgão captador de recursos no interior da FEA.

Observa-se também que a criação e evolução dos cursos de Administração na sociedade brasileira, no seu primeiro momento, foram feitas no interior de instituições universitárias, fazendo parte de um complexo de ensino e pesquisa. Essas escolas transformaram-se em pólos de referência para a organização e funcionamento deste campo.

No final dos anos sessenta, a evolução dos cursos de administração ocorreria, não mais vinculados a instituições universitárias, mas às faculdades isoladas que proliferaram dentro do processo de expansão privatizada na sociedade brasileira. Esta expansão, segundo Martins (1989), também está relacionada às transformações ocorridas no plano econômico.

A partir da década de sessenta, o estilo de desenvolvimento privilegiou as grandes unidades produtivas na economia do país. Ocorre o crescimento acentuado das grandes empresas, principalmente estrangeiras e estatais, permitindo a utilização crescente da técnica. Isso implicou diretamente a necessidade de profissionais com treinamento específico para executar diferentes funções internas das organizações. Em face desta situação, as grandes empresas passaram a adotar a profissionalização de seus quadros, tendo em vista o tamanho e a complexidade das estruturas. Isso veio a constituir um espaço potencial para a utilização dos administradores que passaram pelo sistema escolar.



CESG CENTRO DE ENSINO SUPERIOR DE SÃO GOTARDO

Com as mudanças econômicas, um novo acontecimento acentuou a tendência à profissionalização do administrador. A regulamentação dessa atividade ocorreu na metade da década de sessenta, pela Lei nº 4.769 de 09 de setembro de 1965, em cujo artigo 3º afirma-se que o exercício da profissão de Técnico em Administração é privativo dos Bacharéis em Administração Pública ou de Empresa, diplomados no Brasil, em cursos regulares de ensino superior, oficial, oficializado ou reconhecido, cujo currículo seja fixado pelo Conselho Federal de Educação, nos termos da Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961, que fixa as Diretrizes e Bases da Educação no Brasil. Isso veio ampliar um vasto campo de trabalho para a profissão de administrador.

Segundo Schuch Júnior (1978), no ano seguinte à regulamentação da profissão, através do parecer nº 307/66, aprovado em 08 de julho de 1966, o Conselho Federal de Educação fixou o primeiro currículo mínimo do curso de administração. Ficavam, assim, institucionalizadas, no Brasil, a profissão e a formação de Técnico em Administração.

As diretrizes do parecer inspiraram-se na análise das condições reais da administração no país e nos postulados que emanavam da lei e da doutrina fixada na experiência nacional e internacional.

Tal currículo procurou agrupar matérias de cultura geral, objetivando o conhecimento sistemático dos fatos e condições institucionais em que se insere o fenômeno administrativo; as instrumentais, oferecendo os modelos e técnicas, de natureza conceitual ou operacional e as de formação profissional.

Com a liberdade dada pelo currículo, as escolas podem ministrar as matérias do currículo mínimo com diferentes dosagens de tempo e de acento quanto aos objetivos, assim como organizar cursos ou seminários de aplicação mais restrita ou especializada. É preciso, todavia, superar certa tendência atomística que decompõe o currículo em todos os elementos que poderá abranger, adicionados, depois, como matérias autônomas: é a tendência prevalente ao longo da tradição educacional, a que se deve a excessiva densidade dos planos de estudo. Dentro dessa orientação, mais ou menos mecânica, torna-se impraticável a redução, salvo por processo igualmente mecânico que elimina mutilando.

De acordo com o parecer nº 307/66, o currículo mínimo do curso de Administração, que habilita ao exercício da profissão de Técnico de Administração, foi constituído das seguintes matérias:

- a) Matemática
- b) Estatística
- c) Contabilidade
- d) Teoria Econômica
- e) Economia Brasileira
- f) Psicologia Aplicada à Administração
- g) Sociologia Aplicada à Administração
- h) Instituições de Direito Público e Privado (incluindo Noções de Ética Administrativa)
- i) Legislação Social
- j) Legislação Tributária
- l) Teoria Geral da Administração



CESG CENTRO DE ENSINO SUPERIOR DE SÃO GOTARDO

m) *Administração Financeira e Orçamento*

n) *Administração de Pessoal*

o) *Administração de Material*

Além deste elenco de matérias, tornou-se obrigatório o Direito Administrativo, ou Administração de Produção e Administração de Vendas, segundo a opção do aluno. Ainda, para obterem o diploma, os alunos tinham que realizar um estágio supervisionado de seis meses.

A partir dessa regulamentação, procurou-se instituir organismos que controlassem o exercício da profissão. Criavam-se os Conselhos Regionais.

Segundo Martins (1989), a função de tais organismos era fiscalizar o desempenho da profissão e expedir as carteiras profissionais. Só poderiam exercer a profissão aqueles registrados no Conselho Regional de Administração-CRA. Este organismo passaria a ter um forte controle sobre as condições de acesso à profissão. Assim, a regulamentação da profissão de administrador, ao institucionalizar que o seu exercício seria privativo daqueles que possuíam o título de bacharel em administração, contribuiria de forma acentuada para a expansão desses cursos.

Segundo Souza (1980), as leis do ensino superior contribuíram significativamente neste processo de profissionalização da administração. Tais leis estabeleceram, claramente, níveis de ensino tipicamente voltados às necessidades empresariais. Permitiram, ainda, o surgimento de instituições privadas que, juntamente com as universidades, pudessem corresponder à grande demanda de ensino superior desde a década de cinqüenta.

A Lei 5.540, nos seus artigos 18 e 23, afirma que " os cursos profissionais poderão, segundo a área abrangida, apresentar modalidades diferentes quanto ao número e a duração, a fim de corresponder às profissões reguladas em Lei: As Universidades e os estabelecimentos isolados poderão organizar outros cursos para atender às exigências de sua programação específica e fazer face à peculiaridade do mercado de trabalho regional".

Segundo Castro (1981), tais acontecimentos repercutiram significativamente, uma vez que, num intervalo de trinta anos, o ensino de administração alcançou uma dimensão significativa na sociedade brasileira. Contando apenas com dois cursos em 1954, a EBAP e a EAESP, ambos mantidos pela Fundação Getúlio Vargas, passou-se para 31, em 1967, saltando para 177 cursos no ano de 1973 e 244 em 1978 e 454 em 1995.

Esta relação entre prática profissional e a obtenção de título específico impulsionou aqueles que aspiravam a ter acesso a funções econômico-administrativas, em órgãos públicos ou privados, a ingressar em centros de ensino que oferecessem tal habilitação. Da mesma maneira, também aqueles que já desenvolviam tais atividades no mercado profissional foram impulsionados a buscar o título universitário para obter promoções.

Neste contexto, um dos aspectos que merece ser destacado na expansão dos cursos de administração é a considerável participação da rede privada neste processo, ocorrido a partir do final dos anos sessenta. No início da década de oitenta, o sistema particular era responsável por aproximadamente 79% dos alunos, ficando o sistema público com o restante. O mesmo ocorre nas demais áreas do conhecimento, onde a distribuição é de 61% para a rede privada.

Para Martins (1989), outro fator importante que envolve o ensino privado, são os estabelecimentos isolados, isto é, instituições não-universitárias, que absorvem 63% de todos os alunos de administração do país. Segundo o autor, se acrescentarmos a este número os estudantes dos estabelecimentos isolados, municipais e estaduais, pode-se



CESA CENTRO DE ENSINO SUPERIOR DE SÃO GOTARDO

verificar que no início da década de oitenta, cerca de 70% dos alunos de graduação em administração encontram-se neste tipo de instituição.

Ao contrário das primeiras escolas, que nasceram próximas aos campos do poder econômico e político, as novas escolas, de maneira geral, nasceram equidistantes das expectativas e dos grupos que ocupam posições dominantes naqueles campos. O aparecimento delas partiu da iniciativa de atores que atuavam no setor educacional, aproveitando-se do momento em que o Estado pós-64 abriu um grande espaço para a iniciativa privada, visando a atender a crescente demanda de acesso ao ensino de 3º grau.

Martins (1989) diz que a abertura dos cursos apresentava-se vantajosa, uma vez que poderiam ser estruturadas sem muitos dispêndios financeiros. Tais cursos buscavam uma certa rentabilidade acadêmica, procurando adaptar suas práticas acadêmicas aos grandes centros que desfrutavam de maior legitimidade. Observa-se uma relação assimétrica, em que as primeiras escolas de administração têm, como tendência, produzir para o setor público e privado uma elite administrativa vinculada aos pólos dominantes dos campos do poder político e econômico, enquanto que, por outro lado, as novas instituições têm produzido os quadros médios para as burocracias públicas e privadas que, em função de sua complexidade, necessitam de pessoal para suas rotinas, isto é, um pessoal treinado para questões econômico-administrativas.

Outro fator, também fruto da expansão dos cursos de administração na sociedade brasileira, é a concentração desse ensino em determinadas regiões. No início da década de oitenta, as regiões Sudeste e Sul respondiam por 80.722 alunos e 81% de todo o ensino de administração do país. Estes dados indicam uma forte prevalência das regiões de maior concentração e diferenciação produtiva, onde se localizam as maiores oportunidades em termos de mercado de trabalho para esta profissão. Em 1995, 76% dos cursos continuam nessas regiões.

Quanto à influência norte-americana é um fato notório, uma vez que todo o sistema de ensino brasileiro, a partir da década de sessenta, adotou este sistema. Porém, é lamentável que não se tenha mantido atualizado e compatível com a realidade.

Souza (1980) afirma que o que ocorre no Brasil, como reflexo da fragilidade dos cursos de administração, é que somente quando a demanda se concretiza, o sistema educacional passa a providenciar a formação de mão-de-obra. A consequência dessa realidade leva as empresas que demandam esse tipo de profissional a importar ou treinar profissionais por falta de pessoal qualificado. Trata-se de um problema sério para o qual as universidades devem buscar soluções com intuito de aperfeiçoar tal ensino. Segundo Silva (1971), as universidades mais respeitadas nesse campo de conhecimento procuram formar administradores para empresas do futuro e não para as empresas de hoje ou ontem.

Por outro lado, Siqueira (1987) afirma que a preocupação não deve estar apenas voltada à preparação de profissionais para as empresas privadas. Segundo ele, no momento em que o Brasil se encaminha para uma sociedade democrática, parece oportuno defender a formação de um profissional capaz de atuar em outras formas organizacionais, tais como: associações de bairros, cooperativas, pequenas empresas e outros campos novos à espera de formas organizacionais inovadoras, além do seu tradicional campo nas empresas.

Assim, com a preocupação de melhorar a qualidade dos cursos de administração, várias instituições somaram esforços na mesma direção. A ANGRAD – Associação Nacional dos Cursos de Graduação em Administração e o CFA – Conselho Federal de



CESA CENTRO DE ENSINO SUPERIOR DE SÃO GOTARDO

Administração trabalharam conjuntamente para aprovação do novo currículo mínimo de administração, aprovado em 1993.

As instituições envolvidas tinham claro que, antes de tudo, fazia-se indispensável partir da preliminar de que qualquer proposta de mudança curricular não implicaria simplesmente a alteração de uma listagem de matérias, disciplinas e carga horária. O currículo devia ser entendido dentro de sua dimensão mais ampla de desempenhos esperados, de desejado relacionamento com o meio a que serve, suas instituições, organizações, professores, alunos, empresas, devendo-se sobrepujar até mesmo o pragmatismo da própria escola, envolvendo-se com sua ideologia e filosofia de educação.

No caso específico da administração, o currículo deve responder não somente às necessidades do mercado de trabalho, mas também mudar seu enfoque de solucionador de problemas, reprodutor das forças produtivas e das relações sociais, para promotor de novas relações produtivas e sociais. Constitui-se em agente transformador capaz de ajustar-se com rapidez aos avanços das ciências e da tecnologia no estabelecimento de uma nova ordem. A síntese de sua metodologia deve implicar uma integração dos conhecimentos parciais, num todo orgânico e lógico, podendo dar origem a um novo conhecimento ou novas formas de ação.

O impacto da tecnologia no desenvolvimento, por exemplo, está a requerer uma permanente atualização daquelas ações educacionais, ante às transformações que se sucedem, principalmente em nível das técnicas, das ciências, da organização e do controle do processo de trabalho.

É exatamente dentro desse quadro de considerações que a escola tem que construir suas propostas curriculares com elevado comprometimento metodológico com o permanente repensar do seu cotidiano. É imperioso que se consolide na ação educativa a convicção de que precisamos educar para o desconhecido, ante um mundo de complexidade crescente que se transforma rapidamente. Antes que treinar e adestrar alunos, é indispensável iniciá-los na ultrapassagem das fronteiras do já conhecido. É preciso perder o culto idolátrico de modelos consagrados de ensino, visto que não existe um caminho único para objetivos diferentes, e o meio e as demandas daqui, quase que necessariamente, não serão idênticas às de acolá.

Tudo isto está a indicar uma energética mudança de atitude ante a posição convencional de tratamento do chamado "currículo mínimo".

As instituições devem convencer-se de que o currículo é apenas um instrumento a serviço da aprendizagem e não um fim em si mesmo.

Sua concepção, há de ser a de um conjunto solidário de matérias suficientemente nucleares para atenderem, na sua fecundidade e segundo uma metodologia dinâmica, os objetivos gerais e específicos de determinado curso.

O currículo mínimo é a chamada matéria – prima a ser convenientemente trabalhada no currículo pleno de cada escola. Uma liberdade criadora em torno daquelas matérias, entendidas como fontes exploratórias, constitui o princípio mais importante nessa mudança de atitude e implica ter no currículo mínimo um parceiro indicativo e não uma "norma" limitativa e inibidora. Significa dizer que o currículo mínimo constitui-se numa fonte onde a escola deve promover as mais diversas explorações, combinando livremente os seus elementos sob a forma de atividades ou disciplinas, no jogo de situações concretas versus conhecimentos.



CESG CENTRO DE ENSINO SUPERIOR DE SÃO GOTARDO

Com a liberdade que sempre deteve e raramente exercitou, a escola pode ministrar as matérias do currículo com diferentes dosagens em função de seus objetivos, assim como, implicitamente associados a elas.

Nesse particular, tem sido freqüente a solicitação de se incluir no currículo mínimo, questões que constituem muito mais temas as vezes até bastante oportunos, mas que não chegam a caracterizar matérias, no sentido mais orgânico que se empresta ao termo.

Cumpra, portanto, à escola, no exercício da competência que é sua, construir, com esses elementos, novos pontos de enfoque, ou mesmo novas disciplinas.

O problema essencial não é criar uma arquitetura curricular com uma lista de tópicos a serem atingidos, numa visão empobrecida, negativa, que, usualmente, tem limitado e inibido a autonomia e a criatividade da escola na formulação e implementação de sua proposta pedagógica.

O fundamental é a utilização, na construção do currículo pleno, de uma metodologia que utilize o currículo mínimo como um instrumento que propicie desempenhos esperados e não como proposta acabada em si mesma.

Uma metodologia que enseje, no caso da administração, por exemplo, a cada escola conferir organicidade ao estudo de todas as variáveis que interferem no fato administrativo, sejam elas políticas, sociais ou econômicas, em função de seus objetivos, sua história e herança e em função das necessidades de sua clientela. Uma metodologia que enfatize uma sólida formação intelectual, que estimule o senso crítico e a mente analítica, pois, se há uma lógica e uma metodologia quase que imanente para as matérias tradicionais de um curso de Administração, o mesmo não se pode dizer para os demais aspectos hoje necessariamente envolvidos com a evolução da Administração.

Uma estrutura curricular, segundo este senso de organização, envolve um trabalho metodológico das matérias de cultura geral, instrumentais e as de formação profissional, despojado de fronteiras rígidas e conseqüente compartimentação estanque.

A incorporação de algumas características intelectuais indispensáveis a um moderno curso de Administração, tais como: comunicação interpessoal, ética profissional, capacidade de adaptação, são exigências dos dias de hoje.

Buscar, portanto, um currículo que atenda as necessidades do meio social e, eventualmente, os projetos deste ou daquele segmento da sociedade, significa imprimir a esse currículo, antes que uma arquitetura monolítica, uma construção que, sendo organicamente articulada, também seja permeável às demandas de entradas e reentradas, tanto de clientela, como de conteúdos que venham ao encontro das necessidades de um país em processo de definição como o nosso, ainda em busca de modelos institucionais que estejam mais próximos dos fatos, e por isso mesmo, mais aptos a fomentar-lhes a força criadora.

Tendo presente as considerações resultantes dos vários encontros promovidos pela ANGRAD e pelo CFA, chegou-se ao novo currículo mínimo do Curso de Administração. A Resolução nº 2, de 04 de outubro de 1993, "Fixa os mínimos de conteúdos e duração do curso de Graduação em Administração.

Art. 1º O currículo mínimo do Curso de Graduação em Administração, que habilita ao exercício da profissão de Administrador, será constituído das seguintes matérias:

FORMAÇÃO BÁSICA E INSTRUMENTAL



CESG CENTRO DE ENSINO SUPERIOR DE SÃO GOTARDO

Economia

Direito

Matemática

Estatística

Contabilidade

Filosofia

Psicologia

Sociologia

Informática

Total: 720 h/a (24%)

FORMAÇÃO PROFISSIONAL

Teorias da Administração

Administração Mercadológica

Administração da Produção

Administração de Recursos Humanos

Administração Financeira e Orçamentária

Administração de Materiais e Patrimoniais

Administração de Sistemas de Informação

Organização, Sistemas e Métodos

Total: 1.020 h/a (34%)

DISCIPLINAS ELETIVAS E COMPLEMENTARES

Total: 960 h/a (32%)

ESTÁGIO SUPERVISIONADO

Total: 300 h/a (10%)

Dessa forma, o Curso de Administração deve buscar a construção de uma base técnico-científica que permita aos alunos desenvolverem um processo de autoquestionamento e aprendizado, de modo a torná-los capazes de absorver, processar e se adequar, por si mesmos, às necessidades e aos requerimentos das organizações do mundo moderno.

De acordo com essa filosofia, a educação é concebida como um instrumento que oferece ao indivíduo a oportunidade de construir a sua própria formação intelectual e profissional. Nessa linha, o curso caracteriza-se por uma orientação de permanente estímulo à imaginação e à criatividade dos alunos, procurando exercitar seu raciocínio analítico, inspirar sua capacidade de realização e desenvolver suas habilidades de expressão oral e escrita.



2. O CURSO DE ADMINISTRAÇÃO E SUA ÊNFASE EM AGRONEGÓCIO

2.1. O Conceito de Agronegócio como fundamento de desenvolvimento de uma Grade Curricular adequada ao Curso de Administração

O Agronegócio brasileiro se tornou de vital importância para a nossa economia², e só por esse motivo, já vinha merecendo cursos superiores destinados ao aprofundamento de seu estudo, e formadores de profissionais para trabalhar nesse vasto campo.

Antes de explicar o funcionamento de um Curso de Administração que habilite o profissional a trabalhar como um Administrador de Empresas em que o Agronegócio repercute, é necessário se fazer uma digressão, conceituando o Agronegócio, e demonstrando sua abrangência.

Um dos primeiros a conceituar o Agronegócio, foram os americanos John H. Davis e Ray A. Goldberg. Segundo esses autores, o Agronegócio deve ser entendido como:

a soma das operações de produção e distribuição de suprimentos agrícolas, das operações de produção nas unidades agrícolas, do armazenamento, processamento e distribuição dos produtos agrícolas e itens produzidos a partir deles.³

Comentando o conceito estipulado por Davis e Golberg, Ney Bittencourt de Araujo, Ivan Wedekin e Luiz Antônio Pinazza, chegam a conclusão de que o termo conceituado dessa forma, teria uma acepção *lato sensu*. De forma que o Agronegócio, segundo os autores,

engloba os fornecedores de bens e serviços à agricultura, os produtores agrícolas, os processadores, transformadores e distribuidores envolvidos na geração e no fluxo dos produtos agrícolas até o consumidor final. Participam também nesse complexo os agentes que afetam e coordenam o fluxo dos produtos, tais como o Governo, os Mercados, as entidades comerciais, financeiras e de serviços.⁴

Outro interessante conceito nos é dado por Antônio Maria Gomes de Castro. Segundo ele,

o negócio agrícola é definido como um conjunto de operações de produção, processamento, armazenamento, distribuição e comercialização de insumos e de

² Para se ter uma idéia, o agronegócio brasileiro é responsável por cerca de 1/3 do produto interno bruto do Brasil, empregando 38% da mão de obra e sendo responsável por 36% das nossas exportações. É o setor mais importante da nossa economia.

³ DAVIS, John H., GOLDBERG, Ray. A. *A Concept of Agribusiness*. New York: Alpine. 1957. p. 136.

⁴ ARAUJO, Ney Bittencourt; WEDEKIN, Ivan; PINAZZA, Luiz Antônio. *Complexo Agroindustrial: O "Agribusiness" Brasileiro*. Agrocere: São Paulo. 1990. p. 3.



CESG CENTRO DE ENSINO SUPERIOR DE SÃO GOTARDO

produtos agropecuários e agroflorestais. Incluem serviços de apoio e objetiva suprir o consumidor final de produtos de origem agropecuária e florestal.⁵

Decio Zylbersztajn por sua vez, adverte para o fato de que o amadurecimento do conceito de Agronegócio ainda está por vir. O emérito professor da Universidade de São Paulo preconiza:

O conceito de Agronegócio está longe de estar maduro, os jargões ainda não se estabeleceram, a compreensão dos limites, dos métodos e dos produtos gerados ainda não convergiu, mas muito progresso foi realizado neste campo. Muitos se perguntam se estamos evoluindo para uma ciência ou se tudo não passe de um tema interdisciplinar, que como tal deve ser tratado.⁶

Para Mário Otávio Batalha, esse

[...] termo agronegócio é bastante próximo do conceito de Sistema Agroindustrial. [...]. [...] pode ser considerado como o conjunto de atividades que concorrem para a elaboração de produtos agroindustriais, desde a produção de insumos (sementes, adubos, máquinas agrícolas, etc.) até a chegada do produto final (queijo, biscoito, massas etc.) ao consumidor, não estando associado a nenhuma matéria-prima agropecuária ou produto final específico.⁷

Portanto, ainda na esteira de Batalha, nada mais é, que,

[...] a soma total das operações de produção e distribuição de suprimentos agrícolas, das operações de produção nas unidades agrícolas, do armazenamento, processamento e distribuição destes produtos e itens produzidos a partir deles.⁸

Destarte, o conceito de Agronegócio que deve ser adotado, é o de que ele considera todas as empresas que produzem, processam, e distribuem produtos agropecuários, como componentes de seu englobamento conceitual.

Analisando como funciona o Agronegócio, tornou-se necessário à análise de um Complexo Agroindustrial (CAI), para a partir desse estudo, inserir as disciplinas dela decorrentes. Um Curso de Administração com ênfase em Agronegócio, deve ser considerado de certo modo inovador, pois continua sendo um curso de Administração, entretanto com a grade curricular voltada pra o aprofundamento do Agronegócio e a profissionalização da sua gestão.

A Cadeia Agroindustrial pressupõe o seguinte, e aqui desde já observo que se adotou como base, a obra do professor Massilon J. Araújo, *Fundamentos de Agronegócio*, para a desmistificação desses segmentos: Há quatro grandes componentes:

⁵CASTRO, Antônio Maria Gomes de. *Análise da Competitividade de Cadeias Produtivas*. EMBRAPA: Manaus. 2000. p. 4.

⁶ZYLBERSZTAJN, Decio. *Ensino, pesquisa e consultoria nos Agronegócios: as múltiplas linguagens do profissional dos Agronegócios*. In: A Reestruturação no Agribusiness Brasileiro: Agronegócios no Terceiro Milênio (Coordenado por Luiz Antônio Pinazza e Regis Alimandro). ABAG/Agroanalysis/FGV: Rio de Janeiro. 1999. p. 95-96.

⁷BATALHA, Mário Otávio (Coordenador). *Recursos Humanos para o Agronegócio Brasileiro*. Brasília: CNPq. 2000; p. 5.

⁸BATALHA, op. cit. p. 5.

**CESG CENTRO DE ENSINO SUPERIOR DE SÃO GOTARDO**

- (I) **Núcleo do CAI:** Agropecuária;
- (II) **Segmentos Antes da Porteira:** Engloba os (a) insumos para a agropecuária, (b) as inter-relações de produtores de insumos com agropecuaristas, e (c) os serviços agropecuários.
- a. Entre os insumos, podemos arrolar as máquinas, implementos, equipamentos e complementos, água, energia, corretivos de solos, fertilizantes, agroquímicos, compostos orgânicos, materiais genéticos, hormônios, inoculantes, rações, sais minerais e produtos veterinários.⁹
- b. As inter-relações de produtores de insumos com agropecuaristas se traduzem na comercialização de máquinas e suprimentos agrícolas. Araújo explica que “os agentes econômicos atuantes no agronegócio ‘antes da porteira’ são as indústrias (de máquinas, adubos, etc.), as empresas de materiais genéticos e os distribuidores de insumos (atacadistas, varejistas e seus representantes).”¹⁰
- c. Quanto os serviços agropecuários, os principais são: as pesquisas agropecuárias; os estímulos positivos (aqui incluídos créditos, financiamentos e incentivos fiscais), extensão rural e assistência técnica, elaboração de projetos, análises laboratoriais, vigilância e defesa agropecuária, planejamento ambiental, comunicações, infra-estrutura, treinamento de mão-de-obra e assentamentos dirigidos.¹¹
- (III) **Segmentos Dentro da Porteira:** Araújo explica que “os segmentos produtivos que se realizam ‘dentro da porteira’ constituem a produção agropecuária propriamente dita, os quais são divididos em subsegmentos distintos: agricultura (ou produção agrícola) e pecuária (ou criação de animais). “Dentro da porteira” significa dentro das fazendas, desde as atividades iniciais de preparação para começar a produção até a obtenção dos produtos agropecuários ‘in natura’ prontos para a comercialização”¹² ;
- (IV) **Segmentos Depois da Porteira:** Segundo Araújo, “esses segmentos são constituídos basicamente pelas etapas de processamento e distribuição de produtos agropecuários até atingir os consumidores, envolvendo diferentes tipos de agentes econômicos, como comércio, agroindústrias, prestadores de serviços, governo e outros.”¹³

Após, feita essa análise, há a tentativa de procurar examinar esses segmentos, e verificar a necessidade de disciplinas a eles relacionadas.

⁹ ARAÚJO, Massilon J.. *Fundamentos de Agronegócio*. Atlas: São Paulo. 2003. p. 31.

¹⁰ ARAÚJO, op. cit. p. 40.

¹¹ Nesse sentido: Massilon J. Araújo, op. cit. p. 40.

¹² ARAÚJO, op. cit. p. 46.

¹³ ARAÚJO, op. cit. p. 77.

2.2. Da Formação de Recursos Humanos para o Agronegócio

O Brasil, apesar de sua alta produção agrícola, se viu no final do século passado, mais especificamente no início dos anos 1990, diante de um fator preocupante, qual seja, o fato de apenas capacitar pessoas para serem boas na produção agrícola.

Isso implicou em se concluir que: apesar de sermos ótimos produtores, temos que aprender como obter melhores resultados financeiros em toda a Cadeia Agroindustrial. Então foi a partir desse momento, que se iniciava um maior diálogo social sobre o Agronegócio Brasileiro.

Luiz Antônio Pinazza, Ney Bittencout de Araújo e Ivan Wedekin, numa das obras percursoras do Agronegócio no Brasil, logo na sua apresentação relatavam que aquele livro estava

orientado pela tentativa de oferecer ao leitor uma visão abrangente e sistêmica do Complexo Agroindustrial no Brasil. Os dois primeiros blocos – a Introdução e o Conceito – procuram mostrar a passagem da “era da agricultura” para a “era do agribusiness”, marcada por profundas relações tecnológicas, produtivas, comerciais e financeiras da agropecuária com os setores industriais e de serviços. Mas a revolução tecnológica nas fazendas – responsável pela virtual transformação da agricultura em um ramo da indústria – não é um fenômeno geral no país. O Brasil agrícola ainda espelha em sua face grandes diferenciações regionais e entre produtos no que tange à organização dos fatores de produção e à integração com os ramos mais dinâmicos e modernos da economia. Para contrapor situações extremas, basta lembrar que uma enxada pode representar inovação tecnológica em determinadas regiões, enquanto outras estão integradas à vanguarda do “agribusiness” mundial.¹⁴

Já no ano 2000, o prof. Mário Otávio Batalha relatou a necessidade de desenvolvimento de Recursos Humanos, capacitando-os para o segmento do Agronegócio. Segundo o precitado professor,

assim como nos demais setores da economia, considera-se que o desenvolvimetro do sistema agroindustrial, também demanda recursos humanos capacitados ao seu gerenciamento. Desta forma, o desenvolvimento do SAI depende cada vez mais da capacitação do capital humano. Trata-se de abandonar um modelo de desenvolvimento baseado somente na exploração de vantagens comparativas cujo caráter principal repousa no potencial dos aspectos naturais de um país para criar vantagens competitivas sustentadas por outros valores dinâmicos, entre os quais merece destaque o capital humano.

ASHBY (1981:131) afirma que a solução para a dinamização do setor agrícola passa necessariamente pela modificação do papel da agricultura na sociedade. Para que a agricultura não estivesse voltada exclusivamente para a indústria, era fundamental que a “educação fosse considerada como de importância capital para remodelação dos valores

¹⁴ PINAZZA, Luiz Antônio; ARAÚJO, Ney Bittencout de; e WEDEKIN, Ivan. *Complexo Agroindustrial: O “Agribusiness” Brasileiro*. São Paulo: Agroceres. 1990. p. IX.



CESSG CENTRO DE ENSINO SUPERIOR DE SÃO GOTARDO

e atitudes tradicionais, sobretudo ao ensinar a população rural a perceber seus próprios interesses econômicos e motivá-la para a mudança”.

Outro fator apontado para a superação das deficiências encontradas na agricultura estaria relacionado à transferência de tecnologia dos países desenvolvidos para os países em desenvolvimento. ASHBY (1981:133), destaca que “um fator chave para determinar o ritmo em que os agricultores seriam capazes de absorver inovações tecnológicas e estabelecer o grau de incremento da produção proporcionado pelo uso de novas tecnologias, era a capacidade destes agricultores de processarem e utilizarem informações, adaptando suas decisões face aos novos elementos de riscos e incertezas acarretados pelos novos fatores de produção”.

Desta forma, é possível constatar que a mudança da estratégia de desenvolvimento, agora também dependente do desenvolvimento agrícola e agroindustrial, passa necessariamente por investimentos na capacitação do capital humano. [...].

Assim, o caráter sistêmico de forte interdependência entre os agentes econômicos que formam os sistemas agroindustriais está entre as principais especificidades que devem permear os cursos de agronegócio. De maneira geral, pode-se dizer que este aspecto do agronegócio, bem como suas implicações para o gerenciamento das unidades produtivas, vem sendo negligenciado pelos cursos que formam profissionais para o agronegócio nacional.

As principais razões apontadas para a constituição de cursos dedicados ao agronegócio referem-se a especificidade do conjunto de disciplinas que o distinguem de outros setores econômicos e a pequena importância dada nos cursos de economia agrícola e administração, entre outros cursos relacionados ao agronegócio, ao caráter gerencial do negócio agroindustrial (HARLING, 1995).¹⁵

Ainda, em se tratando de Recursos Humanos, é necessário enfatizar que o Desenvolvimento Sustentável de nossa agricultura é diretamente proporcional ao Desenvolvimento de pessoas com habilidades para administrá-la. Nesse sentido, Wajih D. Maalouf pondera:

o Desenvolvimento Agrícola Sustentado envolve o desenvolvimento e conservação dos recursos naturais e humanos, dentro de uma conjuntura que assegura viabilidade econômica e apoio popular das medidas de desenvolvimento, e o apoio da população que está comprometida com o trabalho agrícola, que é, principalmente, a população do meio rural.¹⁶

Em outra passagem, Maalouf, também é explícita a importância de formação de pessoal para atuar no setor:

A política nacional referente ao desenvolvimento da formação de pessoas deve considerar o sistema educacional em seus três níveis: os estudos agrícolas superiores, as universidades e as faculdades; a educação agrícola intermediária; e a instrução e treinamento em nível local, dirigidos para os produtores e suas famílias. Em outras palavras, a educação agrícola e o sistema de treinamento devem ser considerados como um sistema com três componentes. Devem ser interrelacionados. Por exemplo, os

¹⁵ BATALHA, Mário Otávio (Coordenador Geral). *Recursos Humanos para o Agronegócio Brasileiro*. Brasília: CNPq, 2000; pp. 20-21.

¹⁶ MAALOUF, D. Wajih. *Recursos Humanos e Desenvolvimento Agrícola Sustentado*. São Paulo: Fundação Salim Farah Maluf. 1993; p. 5.



CESG CENTRO DE ENSINO SUPERIOR DE SÃO GOTARDO

programas ensinados nas faculdades agrícolas devem ser planejados e desenvolvidos para preencher as necessidades presentes e futuras do país, quanto ao desenvolvimento agrícola. O conhecimento obtido pelas pessoas formadas por esses programas terá que ser traduzido em ações feitas pelos produtores do campo. Portanto, tais ações devem ser levadas em consideração pelos planejadores educacionais e por aqueles que elaboraram os currículos.¹⁷

Neste diapasão, é que se propõe essa ênfase a um Curso de Administração, especificamente para o Agronegócio. É de conhecimento notório que a nossa região, o Alto Paranaíba, e mais abrangente, o Triângulo Mineiro, necessita de profissionais que tenham conhecimentos específicos de Agronegócio para gerenciar suas empresas. A formação de Recursos Humanos, capacitados para atuarem nesse campo, é vista sob uma perspectiva crescente, ou seja, o profissional que entenda como é o funcionamento do Agronegócio Brasileiro, será privilegiado em um futuro próximo, pois a economia do país inexoravelmente caminha para uma Economia do Agronegócio.

2.3. A Grade Curricular de um Curso de Administração com ênfase em Agronegócio

Considerando que ainda não foram estabelecidas as Diretrizes Curriculares de que tratam a Lei 9394/96 (LDB) e a Resolução Nº 04/97-MEC, o Curso de em Agronegócios seguirá a Resolução nº 2/93 (do extinto Conselho Federal de Educação), que fixou os conteúdos mínimos do curso de Administração.

Apesar da superveniência de norma posterior, ou seja, a Resolução nº 1 de 2 de fevereiro de 2004, esta não abordou objetivamente o percentual de formação da grade curricular. Revogada que fora posteriormente pela Resolução nº 4, de 13 de julho de 2005, esta norma também não trouxe inovação no que tange às porcentagens aplicadas, o que na melhor exegese das normas, entende-se por prevalecer ainda a orientação da Resolução nº 2 de 4/10/93 que estabelece:

“O Presidente do Conselho Federal de Educação, usando das atribuições que lhe conferem os arts, 9º, letra "e" e 70 da Lei de Diretrizes e Bases, e tendo em vista o Parecer-CFE n.º 433/93, que a esta se incorpora, homologado pelo Senhor Ministro da Educação e do Desporto, resolve:

Art. 1º O currículo mínimo do curso de graduação em Administração, que habilita ao exercício da profissão de Administrador, será constituído das seguintes matérias:

Grupos	Matérias	%	Total de Horas
--------	----------	---	----------------

¹⁷ MAALOUF, D. Wajih. *Recursos Humanos e Desenvolvimento Agrícola Sustentado*. São Paulo: Fundação Salim Farah Maluf. 1993; p. 27.


CESG CENTRO DE ENSINO SUPERIOR DE SÃO GOTARDO

01	Formação Básica e Instrumental Economia Direito Matemática Estatística Contabilidade Filosofia Psicologia Sociologia Informática	24	720
02	Formação Profissional Teorias da Administração Administração Mercadológica Administração da Produção Administração de Recursos Humanos Administração Financeira e Orçamentária Administração de Recursos Materiais e Patrimoniais Administração de Sistemas de Informações Organização, Sistemas e Métodos	34	1.020
03	Disciplinas Eletivas e Complementares	32	960
04	Estagio Supervisionado	10	300
05	Total	100	3.000

Art. 2º O curso de Administração será ministrado no tempo útil de 3.000 horas-aulas, fixando-se para sua integralização o mínimo de 04 a 07 anos letivos. A prática de Educação Física, também obrigatória, terá carga horária adicional.

Art. 3º Além da habilitação geral prescrita em lei, as instituições poderão criar habilitações específicas, mediante intensificação de estudos correspondentes às matérias fixadas nesta Resolução e em outras que venham a ser indicadas para serem trabalhadas no currículo pleno.

Art. 4º Os mínimos de conteúdos e duração, fixados nesta Resolução, serão obrigatórios para alunos que ingressarem a partir de 1995, podendo as instituições que tenham condições para assim desejarem, aplicá-los a partir de 1994.

**CESG CENTRO DE ENSINO SUPERIOR DE SÃO GOTARDO**

Art. 5º Na obtenção da graduação em Administração, por critérios flexíveis de aproveitamento de estudos obtidos pelo aluno em seu curso anterior, especialmente quanto aos programas de estudos e respectiva dosagem, obedecidas às normas legais.

Parágrafo único. A graduação obtida nos termos deste artigo deverá ser ministrada no tempo mínimo de 1.350 horas-aula.

Art. 6º A presente resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Manoel Gonçalves Ferreira Filho"

Portanto, é necessário desde já deixar consignado, que o Curso de Administração, apesar de poder contar com uma ênfase específica, deve conter obrigatoriamente as Disciplinas de Formação Básica e Instrumental na proporção de 24% de 3000 horas/aulas, que é o mínimo exigido, e as de Formação Profissional, na proporção de 34%, também sobre 3000 horas/aulas. Já as Disciplinas Eletivas e Complementares devem corresponder a 32% de 3000 horas aulas. E o estágio obrigatório 10%.

Logo, um Curso de Administração deve ter no mínimo 720 horas/aula de disciplinas de Formação Básica e Instrumental, pois esta carga corresponde a 24% das 3000 horas/aulas. Deve ter 1.020 horas/aula das disciplinas de Formação Profissional (34%) o mínimo, e 960 horas/aula das Disciplinas Eletivas e Complementares (32%). E o estágio obrigatório deve ser de no mínimo 300 horas/aula (10%).

Em um Curso de Administração com ênfase em Agronegócio, é necessário que haja um conteúdo voltado para esse campo. Entretanto, os percentuais já demonstrados, devem ser respeitados até o limite de horas acima fixadas para cada formação. Se o Curso, ultrapassar essas horas, ter-se á um acréscimo na sua grade, e nesse acréscimo tanto poderá ser trazidas matérias de Formação Profissional, como Básica e Instrumental, ou ainda, de Formação Eletiva e Complementar.



CESSG CENTRO DE ENSINO SUPERIOR DE SÃO GOTARDO

3. O CURSO DE ADMINISTRAÇÃO COM ÊNFASE EM AGRONEGÓCIO NO CESSG

3.1. Justificativa de um Curso de Administração com ênfase em Agronegócio na Região do Alto Paranaíba

Ressalta-se desde já, que após, feitas as primeiras considerações, certifica-se de imediato que o currículo proposto está, também, de acordo com a proposta de diretrizes curriculares para o Curso de Graduação em Administração transformada na Resolução nº 4, de 13 de julho de 2005.

A precitada Resolução, em seu art. 2º, § 3º, preleciona que: “As Linhas de Formação Específicas nas diversas áreas da Administração não constituem uma extensão ao nome do curso, como também não se caracterizam como uma habilitação, devendo constar apenas no Projeto Pedagógico”. Seguindo essa orientação, é que o CESSG refez o seu Projeto Pedagógico passando a trabalhar a essência do curso, reposicionando a habilitação antes existente apenas como ênfase do curso.

Na Resolução em análise, não houve subordinação dos Cursos de Administração a adotar um conteúdo único, apenas referenciou e de certa forma obrigou esses Cursos a contemplarem em sua organização curricular, conteúdos que revelem inter-relações com a realidade nacional e internacional, nos termos do art. 5º da mencionada Resolução. Este artigo, ainda exige que se traga para estes Cursos os seguintes conteúdos:

I - Conteúdos de Formação Básica: relacionados com estudos antropológicos, sociológicos, filosóficos, psicológicos, ético-profissionais, políticos, comportamentais, econômicos e contábeis, bem como os relacionados com as tecnologias da comunicação e da informação e das ciências jurídicas;

II - Conteúdos de Formação Profissional: relacionados com as áreas específicas, envolvendo teorias da administração e das organizações e a administração de recursos humanos, mercado e marketing, materiais, produção e logística, financeira e orçamentária, sistemas de informações, planejamento estratégico e serviços;

III - Conteúdos de Estudos Quantitativos e suas Tecnologias: abrangendo pesquisa operacional, teoria dos jogos, modelos matemáticos e estatísticos e aplicação de tecnologias que contribuam para a definição e utilização de estratégias e procedimentos inerentes à administração; e

IV - Conteúdos de Formação Complementar: estudos opcionais de caráter transversal e interdisciplinar para o enriquecimento do perfil do formando.

A Comissão de Especialistas de Ensino de Administração, também entra em contradição quando exige o resgatamento da importância da essência do curso de



CESG CENTRO DE ENSINO SUPERIOR DE SÃO GOTARDO

Administração, colocando como imediata solução a não discussão em torno das habilitações ou ênfases, afirmando que perdem sentido quando da redefinição dos projetos pedagógicos, propondo que estas deveriam ser substituídas pela efetiva identificação da identidade, do foco do próprio curso. Tratou a Comissão equivocadamente os Cursos de Administração, como se todos os Administradores que obtêm as suas habilitações em empresas, estivessem aptos a trabalhar em setores mais complexos e específicos, como é o caso do Agronegócio.

Em nossa região 85% dos empregos se relacionam à área de Agronegócios, pois só para se ter uma idéia, São Gotardo é a cidade que mais produz cenoura no mundo, Patos de Minas é uma das cidades que mais produz milho no país, e ainda temos Cooperativas de destaque aqui situadas, sem contar com as empresas de insumos agrícolas que aqui se situam, as empresas de exportação, e os laticínios conhecidos em todo o país (Tirolês, Quatá, Cemil, Letícia, Nestlé, etc.).

Portanto, os administradores que nesta região não conhecerem as peculiaridades do Agronegócio acabam por ficarem desempregados. E o objetivo da nossa instituição não é colocar profissionais despreparados para o mercado de trabalho existente.

3.2. Aspectos Gerais do Curso de Administração com ênfase em Agronegócio do CESG: Duração, Carga Horária e Grade Curricular

O curso de Administração com ênfase em Agronegócios tem a duração de 8 (oito) semestres letivos e é oferecido no período noturno, por ser este o que melhor atende às necessidades do público alvo, além de propiciar as melhores condições operacionais dadas as peculiaridades do curso, que objetivando integral inserção no ambiente real dos agronegócios requer processos investigatórios abrangentes a serem desenvolvidos no expediente regular das Empresas de Agronegócios.

O curso terá um total de 3200 horas aulas, distribuídas durante os 8 (oito) semestres, conforme grade curricular, não sendo computados as horas/aulas de Educação Física.

A Nova Grade Curricular deste curso teve por objetivo acrescentar 180 horas/aulas, e ainda, acrescentar matérias que foram entendidas como indispensáveis para atuação do aluno nesse antigo-novo mercado que vem se formando e se consolidando cada dia com mais força.

NOVA GRADE CURRICULAR DO CURSO DE ADMINISTRAÇÃO COM ÊNFASE EM AGRONEGÓCIOS



CESG CENTRO DE ENSINO SUPERIOR DE SÃO GOTARDO

1º Período

Teoria da Administração I – 80h

Fundamentos de Economia – 60h

História do Agronegócio – 20h

Fundamentos de Agronegócio – 60h

Matemática – 80h

Português Instrumental – 80h

Metodologia para Elaboração de Trabalhos Acadêmicos – 20h

TOTAL = 400h

2º Período

Teoria da Administração II – 80h

Sociologia das Organizações – 60h

Introdução ao Direito - 20h

Matemática Financeira – 60h

Informática para a Administração – 80h

Legislação Empresarial e Tributária – 40h

Cadeias Agroindustriais – 60h

TOTAL = 400h

3º Período

Políticas Governamentais Aplicadas ao Agronegócio – 60h

Estatística Econômica e Empresarial – 80h

Contabilidade Geral – 80h

Psicologia Aplicada à Administração – 80h

**CESG CENTRO DE ENSINO SUPERIOR DE SÃO GOTARDO**

Análise de Custos – 60h

Legislação Ambiental, Agrária e do Agronegócio – 40h

TOTAL = 400h

4º Período

Metodologia de Pesquisa Científica – 20h

Contabilidade Gerencial e Aplicada ao Agronegócio - 40h

Legislação Trabalhista e Previdenciária – 40h

Economia Brasileira e Agrícola – 80h

Comunicação aplicada à Administração – 40h

Administração Financeira e Orçamentária I – 80h

Filosofia e Ética – 60h

Associativismo e Cooperativismo – 40h

TOTAL = 400h

5º Período

Administração de Recursos Humanos I – 60h

Administração Contemporânea – 80h

Administração Financeira e Orçamentária II – 60h

Organização, Sistemas e Métodos I – 40h

Administração Mercadológica I – 80h

Estágio Supervisionado – 80h

TOTAL = 400h

6º Período

Administração da Produção I – 60h
Administração Mercadológica II – 40h
Logística e Distribuição Empresarial – 60h
Administração de Recursos Humanos II – 60h
Gestão das Empresas de Agronegócio – 40h
Organização, Sistemas e Métodos II – 60h
Estágio Supervisionado - 80h

TOTAL = 400h

7º Período

Administração da Produção II – 40h
Elaboração e Análise de Projeto – 40h
Princípios de Administração Pública – 40h
Gestão de Cooperativas – 40h
Administração Mercadológica III – 40h
Planejamento e Projetos Agropecuários – 40h
Agronegócios e Estrutura dos Mercados – 40h
Administração de Sistemas de Informação I – 40h
Estágio Supervisionado – 80h

TOTAL = 400h

8º Período

Comércio Exterior – 60h

**CESG CENTRO DE ENSINO SUPERIOR DE SÃO GOTARDO**

Pesquisa Operacional – 60h

Mercado de Capitais e de Commodities – 40h

Administração de Sistemas de Informação II – 40h

Administração de Recursos Materiais e Patrimoniais – 80h

Administração de Varejo – 40h

Estágio Supervisionado – 80h

TOTAL = 400h

Deste modo, o aluno que concluir o curso fará juz ao grau de bacharel em Administração, com a habilitação geral prescrita em lei, que o habilita ao exercício da profissão de Administrador, e com ênfase específica em Administração de Agronegócios.

Por fim, cabe aqui ressaltar nessa apresentação, a importância para a sociedade brasileira da formação de administradores que possam atuar em diversos setores da economia. Em tempo de globalização financeira e dos mercados, crescimento da importância do setor de serviços e do potencial do agronegócio brasileiro, esse profissional pode ser de fundamental importância para exercer um papel de liderança no projeto, controle e organização de sistemas de produção e de prestação e gestão de serviços.



CESSG CENTRO DE ENSINO SUPERIOR DE SÃO GOTARDO

4. DA ENTIDADE MANTENEDORA

O Centro de Ensino Superior de São Gotardo, foi idealizado no ano de 1999, por quatro educadores que, constituindo uma sociedade de cotas limitadas, iniciaram as atividades para elaboração do projeto de implantação da primeira faculdade da cidade.

Realizada uma pesquisa junto à comunidade e aos estudantes do ensino médio, constatou-se que a preferência dos pesquisados era para os cursos: - Pedagogia com licenciatura em Magistério das Séries Iniciais e Educação Infantil, uma vez que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional passou a exigir essa habilitação a partir do ano 2006 aos professores que atuam nas escolas de ensino fundamental; - e algum outro curso que tivesse identificado com a área administrativa e agrícola, pelo fato da cidade de São Gotardo e região ter sua economia voltada exclusivamente para a agricultura, que além do solo fértil, oferece também mão de obra aos seus produtos agrícolas.

Daí a necessidade da criação de um curso que qualificasse profissionais com conhecimentos sobre insumos, produção nas fazendas, pesquisa, processamento, transporte, comercialização, crédito, exportação, serviços portuários, bolsas, industrialização e ainda tivesse conhecimentos para ser um administrador de empresas ligadas à área, ou empreendedor de seu próprio negócio. Surgindo daí a opção pelo curso de Administração com Habilitação em Agronegócios (hoje apenas “com ênfase”), curso este que se adapta perfeitamente ao perfil do profissional que a comunidade espera.

Comprometida com a excelência no ensino, pesquisa e extensão, a Instituição foi fundada em 2003. Neste período, o CESSG vem se consolidando pelo seu pioneirismo na extensão, pela extraordinária geração de conhecimentos, mas, acima de tudo, pela qualidade do ensino na formação de seus alunos, os quais, razão maior da existência da Instituição, constituindo neste pequeno período de sua existência o seu maior patrimônio.

O CESSG prepara-se, portanto, para que nesse milênio, exerça com eficiência seu papel social no ensino, pesquisa, extensão e na prestação de serviços educacionais. Pretende o CESSG, evoluir sempre para que possa oferecer esse serviço público social ou de relevância pública, que é a educação, neste caso em nível superior, com todos os princípios essenciais de que são dotados os serviços públicos, quais sejam, numa contínua e eficaz atuação em área tão vital para Brasil, pois além de estar assentada em bases sólidas, apresentam a disponibilidade do meio mais importante para o sucesso, os recursos humanos altamente qualificados e totalmente comprometidos com o objetivo da Instituição.

Agora, dois anos depois, tem sido notado no Estado de Minas Gerais uma carência pelo Engenheiro de Produção, que também conheça o Agronegócio, para que possa somar forças junto ao Administrador e modernizar a agricultura mineira da sua parte gerencial e de melhoria de resultados.



CESG CENTRO DE ENSINO SUPERIOR DE SÃO GOTARDO

O CESG tem demonstrado um crescimento sustentado na realidade local, e na contínua melhoria de seu espaço físico, e recursos didáticos. Só para se ter uma perspectiva deste crescimento, o campus da Instituição até 2004 era composto por:

- I – oito salas de aula;
- II – uma biblioteca;
- III – um laboratório de informática;
- IV – uma secretaria acadêmica;
- V – uma sala dos professores;
- VI – uma sala de estudo individual;
- VII – duas salas para os coordenadores;
- VIII – uma sala para atendimento financeiro e de recursos humanos;
- IX – uma sala para Direção Geral;
- X – um estacionamento.

A partir de setembro de 2005, este mesmo campus teve os seguintes acréscimos:

- I – um laboratório de físico-química;
- II – uma Cooperativa Júnior;
- III – um Auditório com capacidade para 220 (duzentas e vinte) pessoas;
- IV – uma sala de atendimento psicopedagógico;
- V – mais uma sala de estudo individual;
- VI – uma praça de alimentação;
- VII – um laboratório de gestão da produção
- VIII – dois estacionamentos;
- IX – mais uma sala de coordenação;
- X – mais duas salas de aula.

O CESG conta com uma área de cerca de 25.000 m² (vinte e cinco mil m²), sendo mais de 5000 mil metros quadrados de área construída.

A Instituição conta ainda com 3 laboratórios de ensino, de prestação de serviços e de pesquisa (um laboratório de informática, um laboratório de físico-química, uma Cooperativa Júnior).

O CESG, através de sua Faculdade de Ciências Gerenciais, inovou ao criar a sua Cooperativa Júnior, ao invés de Empresa Júnior, sendo a primeira Instituição de Ensino Superior do país a adotar tal forma para sua sala de estágio tanto do Curso de



CESG CENTRO DE ENSINO SUPERIOR DE SÃO GOTARDO

Administração, quanto no Curso de Engenharia de Produção que está sendo criado, incentivando dessa forma os alunos a constituírem Cooperativas ao invés das meras sociedades comuns.

Desta forma, a Instituição demonstra que seu desenvolvimento é sustentável, e de maneira rápida, e almeja, divulgando o Cooperativismo, um maior desenvolvimento regional, integrando os sistemas isolados de produção para que possam difundir o conhecimento.



CESG CENTRO DE ENSINO SUPERIOR DE SÃO GOTARDO

5. DA ESTRUTURA ADMINISTRATIVA DO CURSO

5.1. DIRIGENTES

5.1.1. Diretor-Geral – Acadêmico e Administrativo

Diretor-Geral: João Eduardo Lopes Queiroz

Sinopse Curricular

Titulação:

Bacharel em Direito

Pós-graduação:

Pós-graduação Lato Sensu em Gestão de Agronegócios pela UFSCar

Pós-graduação Lato Sensu em Direito Administrativo Econômico pela Universidade Presbiteriana Mackenzie.

Doutorando em Direito pela Universidad de Valladolid/ESP.

Experiência Profissional:

Presidente do Instituto Internacional de Direito Administrativo Econômico - IDAE

Ex-assessor do Ministério Público de Cássia/MG

Ex-professor Convidado da Universidade Presbiteriana Mackenzie.

Ex-consultor da Granziera Consultoria.

Coordenador da Pós-graduação Lato Sensu em Direito do Agronegócio pela Universidade Gama Filho

Coordenador da Pós-graduação Lato Sensu em Gestão de Agronegócios pela UFSCar/CESG

Trabalhos Científicos:

Coordenador dos Livros: Curso de Direito Administrativo Econômico (Ed. Malheiros) e Direito do Agronegócio (Ed. Fórum).

Colaborador das Revistas: Interesse Público (Ed. Notadez) e Revista de Direito Urbano e Ambiental (Ed. Fórum).

Coordenador do I e do II Congresso Brasileiro de Direito do Agronegócio.



CESEG CENTRO DE ENSINO SUPERIOR DE SÃO GOTARDO

Coordenador do Fórum de Políticas Públicas para o Agronegócio.

Promotor do Fórum Brasileiro de Agências Reguladoras.

5.1.2. Coordenação do Curso - Acadêmico

Coordenador do Curso: Adriano Abreu de Rezende

Sinopse Curricular

Titulação:

Bacharel em Administração pela UFLA

Pós-graduação:

Pós-graduação *Stricto Sensu* (Mestrado) em Agronegócios pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Experiência Profissional:

Possui experiência com Monitorias e Coordenação de Grupos de Pesquisas na Universidade Federal de Lavras; ministrou a disciplina Controladoria na Universidade Federal do Rio Grande do Sul como colaborador, ao tempo em que cursava seu mestrado; é professor de Fundamentos de Agronegócio, Teoria Geral da Administração II, Administração da Produção e Estatística Empresarial nesta Instituição - Faculdade de Ciências Gerenciais de São Gotardo; professor de várias disciplinas no Centro Federal de Educação Tecnológica de Bambuí.

Trabalhos Científicos:

REZENDE, A. A. ; SANTOS, Antônio Carlos dos ; PEREIRA, V. S. . Limitações logísticas para exportação: o caso dos produtos lácteos brasileiros. In: 15 Congresso Internacional de Administração Rural, 2005, Campinas - SP. 15 Congresso Internacional de Administração Rural, 2005.

REZENDE, A. A. ; SANTOS, Antônio Carlos dos ; SANTOS, R. A. . Produtos Lácteos Brasileiros: Principais Produtos Exportados e Países de Destino. In: 15 Congresso Internacional de Administração Rural, 2005, Campinas - SP. 15 Congresso Internacional de Administração Rural, 2005.

REZENDE, A. A. ; SETTE, A. T. M. S. . INSERTION IN THE INTERNATIONAL MARKET: AN ANALYSIS OF THE BRAZILIAN DAIRY COMPANIES. In: 5º International Pensa Conference on Agri-Food Chain/Networks Economics And Management, 2005, Ribeirão Preto. 5º International Pensa Conference on Agri-Food Chain/Networks Economics And Management, Ribeirão Preto 27-29 Julho, 2005.



CESG CENTRO DE ENSINO SUPERIOR DE SÃO GOTARDO

REZENDE, A. A. . Custo de Produção no Setor Lácteo. In: III Congresso Interdisciplinarios, 2003, Buenos Aires. III Jornadas de Estudos Interdisciplinarios. Buenos Aires, 2003.

REZENDE, A. A. ; SANTOS, Antônio Carlos dos . Tecnologia de informação nas empresas ligadas à Associação Comercial e Industrial de Lavras. In: ENAMPAD, 2002, Salvador. Anais do ENAMPAD, 2002. v 1 .

REZENDE, A. A. ; SANTOS, Antônio Carlos dos ; BREDA, Nestor Luis . Coordenação Horizontal e Vertical como fator de inclusão dos agricultores familiares no mercado. In: I Congresso de Administração UNIFENAS, 2002, Alfenas. Anais do I Congresso de Administração UNIFENAS, 2002. v. 1.

REZENDE, A. A. ; SANTOS, Antônio Carlos dos . Estrutura organizacional profissionalizada: uma estratégia para melhorar a performance. In: I Congresso de Administração UNIFENAS, 2002, Alfenas. Anais do I Congresso de Administração UNIFENAS, 2002. v. 1.

REZENDE, A. A. ; SANTOS, Antônio Carlos dos . Custo de produção no setor de laticínios: um estudo na Dany Laticínios Ltda. . In: I Congresso de Administração UNIFENAS, 2002, Alfenas. Anais I Congresso de Administração UNIFENAS, 2002. v. 1.

REZENDE, A. A. ; SANTOS, Antônio Carlos dos . Custo de produção no setor de laticínios: um estudo na Dany Laticínios Ltda. In: SOBER 2002, 2002, Passo Fundo. Anais do SOBER, 2002. v. 1.

REZENDE, A. A. ; SANTOS, Antônio Carlos dos . Custo de produção no setor de laticínios: um estudo na Dany Laticínios Ltda.. In: IX Congresso Brasileiro de Custos, 2002, São Paulo. Anais do IX Congresso Brasileiro de Custos, 2002. v. 1.

Coordenador-adjunto do Curso: Evaldo Ferreira Boaventura

Sinopse Curricular

Titulação:

Graduado em Tecnologia de Processamento de Dados – UNIUBE

Pós-graduação:

Especialista em Administração de Empresas pela USP

Mestrando em Administração pela Universidade Federal de Uberlândia.

Experiência Profissional:

É Consultor de Logística, tendo trabalhado nas seguintes empresas: Agronelli Ind. e Com. de Insumos Agropecuários Ltda - AGRONELLI - como Coordenador de Logística; LCM - Distribuição, Transporte e Logística Ltda como Diretor Administrativo; Eucatex Química e



CESSG CENTRO DE ENSINO SUPERIOR DE SÃO GOTARDO

Mineral Ltda - EUCATEX - como Supervisor de Planejamento e Controle da Produção; Synteko Produtos Químicos S/A - SYNTEKO - como Analista de Planejamento e Controle da Produção. Foi professor das disciplinas de Logística, Teoria das Organizações e Administração da Produção na Faculdade de Ciências Econômicas do Triângulo Mineiro - FCETM. Atualmente é professor nesta IES de Logística, Administração da Produção II, Planejamento e Análise e Elaboração de Projetos, Recursos Humanos, Administração de Materiais e Patrimoniais e Varejo.

5.1.3. Secretária-Geral - Acadêmico

Secretária-Geral: Daniela Nascimento Andrade

Sinopse Curricular

Titulação:

Licenciada em Letras

Pós-graduação:

Pós-graduação Lato Sensu em Coordenação e Supervisão pela PUC/MG.

Experiência Profissional:

Ex-Coordenadora-Geral de Educação do Município de São Gotardo.

Trabalhos Científicos:

Coordenadora da I e II Semana Cultural de São Gotardo

Projeto *Informação para o Século XXI: A Tecnologia em Questão*

5.1.4 Diretoria Financeira – Administrativo

Diretora Financeira: Edna Sueli Gonçalves Vicente

Titulação:

Curso Técnico em Ciências Contábeis

Experiência Profissional:

Ex-Secretária-Geral da Secretaria Municipal de Educação de São Gotardo

5.1.5 Diretora de Relações Exteriores - Acadêmico e Administrativo

Diretora de Relações Exteriores: Sirley Maria Ribeiro

Titulação:

Bacharelada em Administração

Experiência Profissional:

Assessora Tributária da Administração Fazendária Estadual

Coordenadora de Eventos Sociais e Científicos

5.2. APOIO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO

5.2.1 – Técnico em Informática

Raphael Mello Galvão

5.2.2 – Biblioteconomista

Missandre Cristina Pinheiro

Titulação:

Bacharel em Biblioteconomia pelo Instituto de Ciências Sociais Aplicada e Exatas (UNIFOR), Formiga/Mg.

5.3. ESTRUTURA ADMINISTRATIVA DA FACULDADE

A Administração da Faculdade de Ciências Gerenciais de São Gotardo é exercida pelos seguintes órgãos gerais:

- Conselho Geral;
- Conselho Setorial;
- Diretoria;

O Conselho Geral, órgão supremo de deliberação, nos campos administrativos, didático-científico, disciplinar e recursal, é constituído pelo Diretor-Geral do CESSG; pelo Vice-Diretor do CESSG; por um (1) representante dos Professores titulares em exercício, de cada curso pleno, não consideradas habilitações, eleitos pelos seus



CESSG CENTRO DE ENSINO SUPERIOR DE SÃO GOTARDO

pares; pelos Coordenadores de Curso; por um representante do Corpo Discente, designados pelo órgão de representação dos alunos; por um (1) representante dos servidores técnicos e administrativos, eleito pelos seus pares, dentre portadores de graduação superior; por um (1) representante da Comunidade local; por um (1) representante da entidade mantenedora, por ela designado dentre os portadores de graduação superior.

Reúne-se, ordinariamente, no início de cada semestre letivo, sob a presidência do Diretor-Geral da Faculdade, na ausência deste, de seu substituto regim

Compete ao Conselho Geral; aprovar modificações na estrutura institucional, em qualquer plano: aprovar o Regimento e as alterações que lhe forem propostas; aprovar o orçamento anual e os planos de aplicação dos recursos vinculados; aprovar convênios, acordos e contratos, para encaminhamento à decisão final da entidade mantenedora, inclusive no que respeita à avaliação institucional; aprovar a concessão de títulos honoríficos; aprovar símbolos e insígnias da Faculdade; aprovar os Regulamentos da Biblioteca, do Núcleo de Assessoramento Didático, da Coordenadoria de Projetos, da Coordenadoria de Estágios, da Assistência aos Estudantes e dos Prêmios conferidos pela Faculdade; reunir-se, solenemente, nas cerimônias de colação de grau; tomar conhecimento do relatório semestral das atividades e avalia-los; resolver, em grau de recurso, os problemas que lhe sejam apresentados, de qualquer área, e de qualquer espécie; exercer outras atribuições que lhe estejam previstas no Regimento; solucionar, nos limites de sua competência, os casos omissos no Regimento e as dúvidas que surgirem da sua aplicação.

O Conselho Setorial, órgão consultivo em matéria administrativa e disciplinar, e deliberativo em matéria técnico-científica é constituído pelo Diretor-Geral da Faculdade; pelo Coordenador de Curso; por um (1) representante do Corpo Discente, designado pelo órgão de representação estudantil dentre os alunos regularmente matriculados na Faculdade.

Reúne-se, ordinariamente, uma vez por bimestre.

Ao Conselho Setorial compete: rever o Regimento, encaminhando proposta expressa e justificada ao Conselho Superior; pronunciar-se sobre propostas de modificação na organização didática e administrativa da Faculdade; pronunciar-se sobre a criação, unificação, desmembramento ou extinção de departamentos; pronunciar-se sobre convênios, acordos e/ou contratos com outras instituições; orientar as propostas de orçamento dos Departamentos, aprovando a proposta da Faculdade; opinar sobre o plano de aplicação dos recursos orçamentários, elaborado pela Diretoria Geral; baixar diretrizes gerais sobre coordenação de cursos e/ou de áreas de formação; aprovar o programa semestral de atividades de ensino; aprovar os currículos plenos dos cursos, observadas as exigências legais e o disposto no Regimento sobre os planos gerais; aprovar o Calendário Escolar e fiscalizar o seu cumprimento; aprovar os planos dos cursos de Aperfeiçoamento e Especialização; aprovar os planos específicos dos cursos extraordinários, seus programas e indicação de professores; acompanhar o



CESG CENTRO DE ENSINO SUPERIOR DE SÃO GOTARDO

desenvolvimento do projeto pedagógico, especialmente no tocante à sua coordenação e cumprimento de programas aprovados; pronunciar-se sobre quaisquer avaliações que venham a ser promovidas pela Faculdade; aprovar o plano de atividades a serem desenvolvidas entre os períodos letivos; aprovar a indicação de candidatos que devem se admitidos para função de magistério; opinar sobre a concessão de dispensa temporária a professores; apreciar representações contra professores; regular os Exames de Habilitação, para admissão de Auxiliares de Ensino; fixar, semestralmente, o número de Monitores, fazendo-o antes do início do período letivo, e pronunciar-se nas propostas de contratação; opinar sobre a criação de comissões necessárias aos trabalhos da Faculdade, fixando-lhes as respectivas atribuições; decidir questões sobre matrícula, exames, trabalhos escolares e transferências para a Faculdade, em grau de recurso; regular o trancamento de matrícula; tomar conhecimento do relatório semestral da Diretoria Geral e opinar sobre as atividades desenvolvidas; responder consultas que lhe forem encaminhadas pelo Conselho Superior e pela Diretoria Geral; opinar, em grau de recurso, sobre questões a serem submetidas ao Conselho Superior; desincumbir-se de outras atribuições que lhe estejam previstas no Regimento ou que decorram de seu campo de decisão e responsabilidade.

A Diretoria Geral da Faculdade, exercida pelo Diretor-Geral, órgão executivo-gerencial que coordena, fiscaliza e superintende as atividades institucionais.

O Diretor-Geral é designado pela Entidade mantenedora, escolhido dentre graduados em nível superior, em condições de qualificação para o exercício da função.

São atribuições do Diretor; superintender todo o serviço da Faculdade, no campo administrativo, gerenciando as suas atividades; representar A Faculdade junto a pessoas e instituições públicas e privadas; relacionar-se com a Entidade Mantenedora, prestando as informações solicitadas e cumprindo, no que couber, as suas determinações; cumprir e fazer cumprir as deliberações do Conselho Superior e do Conselho Departamental e as disposições do Regimento e as do Contrato Social da mantenedora que se apliquem a Faculdade; coordenar a elaboração da proposta orçamentária e o plano de aplicação dos recursos previstos, para encaminhamento a aprovação do Conselho Departamental; zelar pela , manutenção da ordem e disciplina no âmbito da Faculdade, respondendo por abuso ou omissão e aplicando penas, quando necessário; designar a Comissão Especial de Avaliação, dentre professores qualificados para o assunto, na Faculdade, podendo terceirizar o procedimento, se aprovado pela Entidade Mantenedora, fiscalizar a observância do regime escolar e a execução dos horários e programas; conferir grau e assinar os diplomas correspondentes; expedir e assinar os certificados relativos à conclusão de cursos especiais ou disciplinas; expedir convocação de reuniões do Conselho Superior de que fizer parte; responder consultas que lhe sejam feitas pelos colegiados superiores da Faculdade e diligenciar para que tenham rápido andamento os processos em curso nesses órgãos e nos demais setores institucionais; propor à Mantenedora a admissão e a dispensa de pessoal; designar o Secretário Geral, o Bibliotecário e outros dirigentes e coordenadores de assuntos da Faculdade; distribuir e remover internamente empregados, de acordo com as



CESG CENTRO DE ENSINO SUPERIOR DE SÃO GOTARDO

necessidades do serviço; autorizar férias e licenças regulamentares ao pessoal da Faculdade; encaminhar ao Conselho Departamental a indicação de professores titulares auxiliares; delegar atividades ao Vice-Diretor Geral e, se for o caso, supervisionar-lhe as atividades; apresentar, semestralmente, ao Conselho Departamental, ao Conselho Superior, à Mantenedora e ao órgão próprio do Ministério da Educação, relatório da atividades da Faculdade no período letivo anterior, nele expondo as providências tomadas para maior eficiência da administração e do ensino; propor alterações no Regimento da Faculdade.

A Secretaria-Geral é o órgão central de desempenho das atividades administrativas da Faculdade e obedece a regulamento próprio. É dirigida pelo Secretário Geral, designado pelo Diretor Geral.

Compete ao Secretário Geral e aos serviços sob sua responsabilidade, observando o regulamento próprio: organizar, coordenar e administrar os serviços da Secretaria Geral, fazendo cumprir os horários e as tarefas que lhe são afetas; propor ao Diretor Geral o regulamento dos serviços da Secretaria Geral e as alterações que nele se fizerem necessárias; expedir certidões, atestados e declarações; comparecer às reuniões do Conselho Superior e do Conselho Departamental, prestar as informações que lhe forem solicitadas e lavrar as atas respectivas; manter a ordem e a disciplina nos serviços sob responsabilidade; encarregar da correspondência que não seja da exclusiva competência do Diretor Geral e expedir a correspondência deste; informar, por escrito, o expediente destinado a despacho do Diretor Geral, a estudo de Comissões instituídas e a estudo e deliberação do Conselho Superior e do Conselho Departamental; abrir e encerrar os termos e colação e grau e outros; redigir, assinar e mandar afixar ou publicar editais e avisos, depois e visados pelo Diretor Geral; assinar com o Diretor Geral os diplomas conferidos pela Faculdade, providenciando-lhes o registro oficial, os termos de colação de grau e outros; cumprir e fazer cumprir as ordens e instruções emanadas da Diretoria Geral; zelar pelo rápido andamento de papéis e processos em curso, procurando dinamizar, na Faculdade, o processo decisório; reunir os dados e documentos necessários à elaboração do relatório semestral do Diretor Geral; ter sob sua guarda os livros, documentos, materiais e equipamentos da Secretaria Gera; manter em dia os assentamentos dos alunos, professores e pessoal técnico-administrativo; manter em ordem as dependências da Faculdade; propor ao Diretor Geral a admissão e a remoção de servidores, de acordo com a necessidade dos serviços a seus cargo; exercer outras atribuições que lhe forem determinadas pela Diretoria Geral, na sua esfera de atuação.

Os encargos de Tesouraria e Contadoria da Faculdade são exercidos através da entidade mantenedora, a quem compete a arrecadação dos rendimentos financeiros das atividades desenvolvidas e a cobertura das despesas realizadas, de acordo com o orçamento aprovado para a instituição de ensino.

Os serviços de processamento de dados, de manutenção das dependências de limpeza, de portaria, de protocolo e expedição, vigilância e Segurança, são diretamente vinculados à Secretaria Geral, realizando-se segundo o regulamento desta.



CESSG CENTRO DE ENSINO SUPERIOR DE SÃO GOTARDO

6. CARACTERÍSTICAS GERAIS DO CURSO

6.1 DESIGNAÇÃO

Curso de Administração.

6.2. MISSÃO

Difundir conhecimentos e contribuir para o desenvolvimento econômico para o aumento da capacitação das empresas regionais e nacionais, desenvolvendo os aspectos críticos e reflexivos nos atores do processo.

6.3. FINALIDADES

O curso de Administração do CESSG visa formar profissionais (título de Bacharel em Administração) com capacidade de atuar em atividades próprias ao campo profissional do Administrador como profissão liberal ou não, promovendo o desenvolvimento das organizações e sociedade compreendendo também o macro ambiente e as relações nele existentes. Para tanto, é necessário proporcionar oportunidade para desenvolver capacidade de raciocínio abstrato que reflita a heterogeneidade das demandas sociais, que pense e repense o contexto geral dos negócios, renove continuamente suas competências em um processo de aprendizado contínuo e que seja comprometido com a sociedade e com o ambiente das futuras gerações, valorizando princípios éticos e de cidadania. Para a consolidação desse perfil generalista, o curso pretende capacitar profissionais qualificados para criar, manter e melhorar os processos de gestão em organizações públicas e privadas (com ou sem fins lucrativos) nas diversas áreas da Administração. A consecução bem sucedida desta proposta levará também ao fortalecimento da instituição universitária.

6.4. OBJETIVO GERAIS

O objetivo do curso é promover a formação de profissional capaz de compreender o passado e projetar o futuro, que seja comprometido com o avanço científico, filosófico e cultural, que promova a qualidade de vida e bem estar social, que respeite os direitos humanos e o equilíbrio ecológico, que tenha qualificação técnica para

uma ação eficaz, que tenha capacidade para se adaptar à dinâmica do mercado de trabalho e visão para ampliá-lo, que seja capaz de pensar e aprender a aprender, detectar e solucionar problemas, generalizar o conhecimento adquirido, acompanhar a evolução do conhecimento com suas diferentes formas de organização e respectiva inserção no processo histórico, que saiba aplicar o método científico, que tenha postura ética e que saiba obter prazer no trabalho.

6.5. OBJETIVOS ESPECÍFICOS

A realização das finalidades propostas para o curso dar-se-á através do processo ensino-aprendizagem, para o qual tem-se os seguintes objetivos específicos:

- Formação de profissionais com senso de cidadania ampliado pelo exercício acadêmico, voltando-o para reflexões críticas de natureza humana, social, ambiental, e organizacional;
- Construção de competências e habilidades para trabalhar em estudos administrativos, organizacionais, estratégicos, qualitativos e quantitativos nas diversas áreas da administração, tais como: gestão da produção e serviços, recursos humanos, comercialização e marketing, finanças, gestão tecnológica, ambiental, comércio exterior, gestão da informação, e suas metodologias;
- Habilitar o profissional para trabalhar nas áreas sociais, econômicas, políticas, culturais, relações internacionais, investigação científica, e suas metodologias;
- Proporcionar a capacitação para lidar com temas transversais, tais como: gênero, transculturalismo, globalização da economia, desenvolvimento, qualidade de vida no trabalho, entre outros.
- Proporcionar aos profissionais já em exercício, que atuam na cadeia industrial e agroindustrial, oportunidades de desenvolvimento e de qualificação que lhes permitam melhores níveis de desempenho e maiores oportunidades de ascensão social;
- Oferecer à região de influência da Faculdade maiores condições de desenvolvimento sócio-econômico, a partir das potencialidades existentes, através da melhoria do gerenciamento dos processos administrativos;
- Contribuir para melhorar as condições de vida da região;
- Oferecer às empresas oportunidades de parceria, em projetos voltados para o seu desenvolvimento, visando beneficiar a mão-de-obra local através da melhoria do setor;
- Proporcionar mais uma alternativa para os egressos do ensino médio, tendo em vista as enormes dificuldades que a maioria tem para se deslocar para outros centros;
- Pesquisar, extrair resultados, analisar e elaborar conclusões para problemas específicos de Engenharia de Produção;



CESG CENTRO DE ENSINO SUPERIOR DE SÃO GOTARDO

- Realizar trabalhos e projetos em equipe;
- Apresentar formas diversas (relatórios, textos, seminários, monografias) de argumentação(oral e escrita) de modo claro e objetivo;
- Valorizar o exercício da cidadania cooperativa através de atividades de responsabilidade social.



CESSG CENTRO DE ENSINO SUPERIOR DE SÃO GOTARDO

7. PERFIL, COMPETÊNCIAS E HABILIDADES DO PROFISSIONAL

Coloca-se como objetivo, a formação de um profissional com sólida formação técnico-científica e profissional geral, capacitado a absorver e desenvolver novas tecnologias, estimulado a atuar crítica e criativamente na identificação e resolução de problemas, considerando seus aspectos políticos, econômicos, sociais e culturais, com visão ética e humanística em atendimento às demandas da sociedade”.

O sistema educacional brasileiro se baseia na suposição de que a formação genérica e básica dos estudantes se dá o segundo grau, cabendo às universidades a função de formação profissional e especializada (em contraste, o "college" norte-americano tem por objetivo a educação geral). A introdução do ciclo básico na reforma de 1968 significou o reconhecimento de que a escola secundária brasileira não está desempenhando esta função de forma adequada, e que por isto seria necessário supri-la no início dos cursos superiores.

A experiência brasileira do ciclo básico não parece ter dado resultados adequados na maioria dos casos, está requerendo uma urgente reavaliação. O que é claro, no entanto, é que a função a que ele se propõe deve ser desempenhada de alguma forma nas instituições de ensino superior, seja no atual formato, seja em uma seqüência de cursos paralela ao ciclo profissional, seja de maneira implícita através das próprias disciplinas do ciclo profissional. Seja qual for o formato adequado, será sempre importante indagar coisas tais como: Em que medida as instituições de ensino estimulam nos alunos o interesse pelo estudo? Em que medida os alunos encontram ou não condições de expandir seus conhecimentos na medida de sua potencialidade? Em que medida competências genéricas, como a capacidade de pesquisar, de inovar, de trabalhar em grupo, de se organizar para o trabalho, são estimuladas? Uma lista de objetivos deste tipo, que poderia ser utilizada em um processo avaliativo, inclui entre outras as seguintes dimensões¹⁸:

- desenvolvimento de habilidades de comunicação escrita e oral;
- desenvolvimento de habilidades analíticas;
- desenvolvimento da capacidade de resolver problemas;
- desenvolvimento da capacidade de fazer juízos de valor;
- melhoria da capacidade de interação social;
- compreensão das relações entre os indivíduos e seu meio ambiente;
- desenvolver a compreensão sobre o mundo contemporâneo;

¹⁸ BOK, Derek. *Toward Higher Learning - The Importance of assessing outcomes*. Change. Nov. Dec. 1986; p. 21.



CESG CENTRO DE ENSINO SUPERIOR DE SÃO GOTARDO

- desenvolver a compreensão e a sensibilidade para as artes e o conhecimento das humanidades;
- proporcionar uma capacitação mínima e familiaridade com as metodologias e abordagens das ciências modernas;
- desenvolver nos estudantes interesse pelas questões de fronteira em sua área de especialização.

Questões como estas podem e devem ser dirigidas a qualquer curso superior, e permitem comparações significativas não somente dentro de cada área de conhecimento, mas também entre elas.

Outro fator importante, e que também mereceu análise de minha parte é o fator da análise do currículo das disciplinas.

Derek Bok¹⁹ relata que existem três questões perenes nas discussões sobre o currículo.

A primeira delas se prende ao fato de se saber quanto se deve prescrever e quanto se deve deixar à livre escolha dos estudantes. Bok alerta para o fato de que, como nós,

os que defendem exigências detalhadas alegam que os estudantes pré-universitários são jovens demais para saber quais os assuntos que são verdadeiramente importantes, e demasiado inclinados a cursos de importância imediata ou prática²⁰.

De certo é isso mesmo que ocorre em nosso caso. Dificilmente os alunos poderão identificar as matérias que são de demasiada importância para sua área de atuação, ainda mais, quando se tem perceptivelmente um refluxo, uma decaída, no nível da Educação Básica brasileira.

A segunda delas se liga a questão de como saber atingir amplitude na educação de todo estudante. Bok ressalta que a respeito desta questão três correntes de pensamentos se formaram:

Um dos grupos enfatiza a transmissão de um corpo definido de ensinamentos, quase sempre captado numa lista das grandes obras do pensamento humano. Como afirma Allan Bloom, "Filosofia e estudos liberais exigem, de um modo geral, a mais cuidadosa atenção para aquilo que freqüentemente é chamado de grandes livros. Isto porque (esses livros) são expressões de mestres que provavelmente não iremos conhecer em pessoa, porque neles encontramos os argumentos que admitimos sem reflexão como corretos e porque são as fontes para alternativas esquecidas (Allan Bloom. *The Failure of the University*. Daedalus. 1974. p. 60)." Uma outra escola de pensamento salienta o conhecimento com os principais meios pelos quais a inteligência humana apreende o mundo - métodos de compreensão e indagação sobre literatura, arte, filosofia, moral, história, economia e sociedade, bem como fenômenos físicos e biológicos. Essa proposta de ensino liberal considera a educação preparatória como um fundamento que

¹⁹ BOK, Derek. *Ensino Superior* (Tradução de José Livio Dantas). Rio de Janeiro: Forense Universitária. 1988; pp. 52 - 54.

²⁰ BOK, Derek. *Ibidem*; p. 52-53.



CESSG CENTRO DE ENSINO SUPERIOR DE SÃO GOTARDO

dá aos estudantes o acesso a muitos campos que eles podem seguir no futuro. O terceiro campo advoga obter amplitude simplesmente exigindo que os estudantes façam um certo número de cursos em cada uma das diversas categorias como ciências sociais, ciências naturais e humanidades.²¹

O profissional do Curso de Administração do CESSG, deverá adquirir as seguintes habilidades:

- iniciativa empreendedora;
- iniciativa para auto-aprendizagem e educação continuada;
- comunicação oral e escrita;
- leitura, interpretação e expressão por meios gráficos;
- visão crítica de ordens de grandeza;
- domínio de técnicas computacionais, principalmente para aplicação à gestão administrativa;
- conhecimento da legislação pertinente;
- capacidade de trabalhar em equipes multidisciplinares;
- capacidade de identificar, modelar e resolver problemas;
- compreensão dos problemas administrativos, sócio-econômicos e do meio ambiente;
- capacidade de pensar globalmente e agir localmente.

Portanto, para que o objetivo ambicioso de formar profissionais com esse perfil seja cumprido, é preciso desenvolver nos alunos esse conjunto amplo de competências e habilidades. Além de inculcar posturas e atitudes fundamentais para o bom desempenho de indivíduos que integrarão – e freqüentemente coordenarão – equipes compostas por outros profissionais, cabe fornecer aos alunos o conjunto de conhecimentos demandado dos administradores do mercado de trabalho. A atualização desse conjunto de conhecimentos deve ser garantida por meio da prospecção de novas demandas provenientes do ambiente de trabalho e dos novos conhecimentos gerados no meio acadêmico.

²¹ BOK, Derek. Ibidem; p. 54.



CESSG CENTRO DE ENSINO SUPERIOR DE SÃO GOTARDO

8. CONCEPÇÃO CURRICULAR

8.1. Premissas Metodológicas

A estruturação do curso obedeceu algumas premissas metodológicas que orientaram todas as definições posteriores:

- O currículo deve ser sintético e os conhecimentos que o constituem, oferecidos pelas várias áreas, devem ser equilibrados.
- A aula expositiva não é o único meio de aprendizagem. O projeto curricular deve contemplar um conjunto de meios intra e extra-sala, tais como análise de textos, experimentação, vídeos, debates, projetos multidisciplinares, pesquisa na biblioteca e na internet, estudos de casos e visitas a empresas e outras organizações.
- As disciplinas devem contemplar em seu conteúdo e método de ensino, a contínua atualização em tecnologias de informação.
- No desenvolvimento da grade curricular, ementas e metodologia de ensino, devem ser contemplados os seguintes aspectos:
 - a) legislação relacionada ao trabalho e previdência social, aos tributos, às empresas, aos fenômenos agrários, ao meio-ambiente, e ao agronegócio.
 - b) capacidade de liderança, comunicação interpessoal e trabalho em equipe.
 - c) comunicação, oral e escrita, em português e, quando possível, em um idioma estrangeiro.

8.2. Articulação entre os Períodos

Como foi dito no tópico relativo às áreas de conhecimento cobertas pelo curso, a formação de Administração com ênfase em Agronegócio pode ser dividida em quatro campos:

I - Um campo com disciplinas consideradas BÁSICAS para o Administrador, que são as disciplinas relacionadas com estudos antropológicos, sociológicos, filosóficos, psicológicos, ético-profissionais, políticos, comportamentais, econômicos e contábeis, bem como os relacionados com as tecnologias da comunicação e da informação e das ciências jurídicas, por desenvolverem o raciocínio lógico, constituírem a base para a formação tecno-administrativa e formarem habilidades e posturas reconhecidamente necessárias, tais como capacidade de comunicação escrita e oral, domínio de ferramentas computacionais e responsabilidade ecológica e social.



CESSG CENTRO DE ENSINO SUPERIOR DE SÃO GOTARDO

II - Um campo de FORMAÇÃO PROFISSIONAL, relacionados com as áreas específicas, envolvendo teorias da administração e das organizações e a administração de recursos humanos, mercado e marketing, materiais, produção e logística, financeira e orçamentária, sistemas de informações, planejamento estratégico e serviços, de modo a fornecer ao graduando os conhecimentos profissionais requeridos para a compreensão adequada dos diversos tipos de sistemas administrativos e para a intervenção do profissional no projeto e operação desses sistemas.

III - Um campo com conteúdos de ESTUDOS QUANTITATIVOS e suas Tecnologias, abrangendo pesquisa operacional, teoria dos jogos, modelos matemáticos e estatísticos e aplicação de tecnologias que contribuam para a definição e utilização de estratégias e procedimentos inerentes à administração;

IV - Um campo com conteúdos de FORMAÇÃO COMPLEMENTAR, composto por estudos opcionais de caráter transversal e interdisciplinar para o enriquecimento do perfil do formando. Neste caso, procurou-se inserir as matérias relacionadas ao Agronegócio e a Modernização Administrativa. Esses conteúdos são considerados essenciais à formação do Administrador com ênfase em Agronegócio, devendo os alunos cursarem disciplinas deste módulo desde o primeiro ano.

Entre as diretrizes estabelecidas figurou também a carga horária total pretendida para o curso: 3.200 horas-aula (oito períodos).

É importante também discriminar o conteúdo de cada um desses campos, deixando consignado desde já que, o percentual utilizado para reestruturação da Grade Curricular foi o da Resolução nº 2 de 4/10/93, já que conforme fora frisado anteriormente, devido ao fato da Resolução nº 4 de 13 de julho de 2005, não abordar objetivamente o percentual de formação da grade curricular, não fixando os percentuais para os campos nelas relacionados, a orientação do art. 1º, da Resolução nº 2/93, que fixa o currículo mínimo do Curso de Administração deve ainda prevalecer.

Portanto, deve o Curso de Administração conter no mínimo 720 horas/aula de disciplinas de FORMAÇÃO BÁSICA E INSTRUMENTAL (Economia, Direito, Matemática, Estatística, Contabilidade, Filosofia, Psicologia, Sociologia, Informática).

Deve ter ainda, 1.020 horas/aulas no mínimo de disciplinas de FORMAÇÃO PROFISSIONAL (Teorias da Administração, Administração Mercadológica, Administração da Produção, Administração de Recursos Humanos, Administração Financeira e Orçamentária, Administração de Materiais e Patrimoniais, Administração de Sistemas de Informação, Organização, Sistemas e Métodos).

E por fim, deve ter no mínimo 960 horas/aula, de DISCIPLINAS ELETIVAS E COMPLEMENTARES, e ainda, 300 horas/aula de ESTÁGIO SUPERVISIONADO.

8.2.1. Conhecimentos que compõem o Módulo Básico/Instrumental



Fundamentos de Economia – 60h
 Matemática – 80h
 Português Instrumental – 80h
 Sociologia das Organizações – 60h
 Introdução ao Direito - 20h
 Matemática Financeira – 60h
 Informática para a Administração – 80h
 Estatística Econômica e Empresarial – 80h
 Contabilidade Geral – 80h
 Psicologia Aplicada à Administração – 80h
 Economia Brasileira e Agrícola – 80h
 Comunicação aplicada à Administração – 40h
 Filosofia e Ética – 60h

Total: 860 horas/aula

8.2.2. Conhecimentos que compõem o Módulo de Formação Profissional

Teoria da Administração I – 80h
 Teoria da Administração II – 80h
 Administração Financeira e Orçamentária I – 80h
 Administração de Recursos Humanos I – 60h
 Administração Contemporânea – 80h
 Administração Financeira e Orçamentária II – 60h
 Organização, Sistemas e Métodos I – 40h
 Administração Mercadológica I – 80h
 Administração da Produção I – 60h
 Administração Mercadológica II – 40h
 Administração de Recursos Humanos II – 60h



CESG CENTRO DE ENSINO SUPERIOR DE SÃO GOTARDO

Organização, Sistemas e Métodos II – 60h

Administração da Produção II – 40h

Administração Mercadológica III – 40h

Administração de Sistemas de Informação I – 40h

Administração de Sistemas de Informação II – 40h

Administração de Recursos Materiais e Patrimoniais – 80h

Administração de Varejo – 40h

Total: 1060 horas/aula

8.2.3. Conhecimentos que compõem o Módulo de Disciplinas Complementares e Eletivas

História do Agronegócio – 20h

Fundamentos de Agronegócio – 60h

Metodologia para Elaboração de Trabalhos Acadêmicos – 20h

Legislação Empresarial e Tributária – 40h

Cadeias Agroindustriais – 60h

Políticas Governamentais Aplicadas ao Agronegócio – 60h

Legislação Ambiental, Agrária e do Agronegócio – 40h

Análise de Custos – 60h

Metodologia de Pesquisa Científica – 20h

Contabilidade Gerencial e Aplicada ao Agronegócio - 40h

Legislação Trabalhista e Previdenciária – 40h

Associativismo e Cooperativismo – 40h

Logística e Distribuição Empresarial – 60h

Agronegócios e Estrutura dos Mercados – 40h

Elaboração e Análise de Projeto – 40h

Princípios de Administração Pública – 40h

Pesquisa Operacional – 60h



CESG CENTRO DE ENSINO SUPERIOR DE SÃO GOTARDO

Planejamento e Projetos Agropecuários – 40h

Gestão das Empresas de Agronegócio – 40h

Comércio Exterior – 60h

Mercado de Capitais e de Commodities – 40h

Gestão de Cooperativas – 40h

Administração de Varejo – 40h

Total: 1000 horas/aula

8.2.4 - Estágio Supervisionado

Estágio Supervisionado – 80h

Estágio Supervisionado – 80h

Estágio Supervisionado – 80h

Estágio Supervisionado – 80h

Total: 320 horas

8.3. A Interdisciplinariedade

Uma disciplina é "algo comparativamente auto-contido e isolado do domínio da experiência humana, o qual possui sua própria comunidade de especialistas com componentes distintos tais como metas, conceitos, habilidades, fatos, habilidades implícitas, e metodologias". Interdisciplinariedade, por outro lado, é "a união dos componentes distintos de duas ou mais disciplinas" na pesquisa ou educação, conduzindo a novos conhecimentos que não seriam possíveis se não fosse esta integração. A multidisciplinariedade ocorre quando as disciplinas trabalham lado a lado em distintos aspectos de um único problema. A interdisciplinariedade ocorre quando as disciplinas se integram e colaboram entre si.

Leonardo da Vinci representou um ideal que não se pode mais alcançar: o "homem da Renascença", que era capaz de dominar simultaneamente muitas formas do conhecimento. Leonardo foi um notável pintor, escritor, filósofo e cosmólogo. A explosão do conhecimento, que começou no Iluminismo e na Era Industrial, e que continua com uma velocidade espantosa em nossa atual Era da Informação (a Biblioteca Nacional de



CESG CENTRO DE ENSINO SUPERIOR DE SÃO GOTARDO

Medicina estima que o conhecimento médico publicado está dobrando em tamanho a cada quatro anos!), é impossível a um único cientista abranger qualquer coisa que seja maior que o seu minúsculo campo de especialidade.

O CESG procura estimular a Interdisciplinariedade através de reuniões pedagógicas e da observação dos Planos de Curso das Disciplinas por parte dos Coordenadores.

8.4. Articulação com Atividades de Pesquisa e Extensão

O CESG, em sua recente história, tem se preocupado em promover ativamente a integração entre as atividades de ensino, pesquisa e extensão, reconhecendo que essas atividades, quando adequadamente articuladas e executadas de forma balanceada, potencializam-se umas às outras.

Recentemente, em outubro de 2004, foi realizado o I Workshop de Administração e Agronegócio onde os próprios alunos apresentaram à comunidade trabalhos sobre sete cadeias agroindustriais (Cadeia do Boi, do Frango, do Alho, do Café, do Leite, da Batata e da Cenoura).

Essa concepção desde a fundação do Centro de Ensino Superior de São Gotardo, tem prevalecido. O Workshop é o quarto evento promovido pelo CESG, que também já promoveu em parceria com o Instituto Internacional de Direito Administrativo Econômico o I Congresso de Direito do Agronegócio em outubro de 2003, o Curso de Aspectos Legais e Financeiros da Empresa de Agronegócio em maio de 2004, e o Curso de Legislação Trabalhista Rural em julho de 2004. Em 2005, foi realizado o II Workshop de Administração e Agronegócio tendo como tema principal o Marketing; e em outubro de 2005 foi realizado o II Congresso Brasileiro de Direito do Agronegócio em conjunto com o Fórum de Políticas Públicas para o Agronegócio. Portanto, desde a sua criação em 2003 o CESG, tem pautado sua ação pelo equilíbrio entre as três atividades básicas da Faculdade: ensino, pesquisa e extensão.



CESG CENTRO DE ENSINO SUPERIOR DE SÃO GOTARDO

9. GRADE CURRICULAR

Nessa seção é apresentada a proposta de distribuição das disciplinas nos 8 semestres. Em seguida é apresentada a relação de todas as disciplinas com seus objetivos, suas ementas e requisitos.

9.1. Relação de Disciplinas por Semestre

Ressalta-se que cada semestre é composto por 400 horas/aula.

1º Semestre	
Teoria da Administração I	80h
Fundamentos de Economia	60h
História do Agronegócio	20h
Fundamentos de Agronegócio	60h
Matemática	80h
Português Instrumental	80h
Metodologia para Elaboração de Trabalhos Acadêmicos	20h
2º Semestre	
Teoria da Administração II	80h
Sociologia das Organizações	60h
Introdução ao Direito	20h
Matemática Financeira	60h
Informática para a Administração	80h


CESG CENTRO DE ENSINO SUPERIOR DE SÃO GOTARDO

Legislação Empresarial e Tributária	40h
Cadeias Agroindustriais	60h
3º Semestre	
Políticas Governamentais Aplicadas ao Agronegócio	60h
Estatística Econômica e Empresarial	80h
Contabilidade Geral	80h
Psicologia Aplicada à Administração	80h
Análise de Custos	60h
Legislação Ambiental, Agrária e do Agronegócio	40h
4º Semestre	
Metodologia de Pesquisa Científica	20h
Contabilidade Gerencial e Aplicada ao Agronegócio	40h
Legislação Trabalhista e Previdenciária	40h
Economia Brasileira e Agrícola	80h
Comunicação aplicada à Administração	40h
Administração Financeira e Orçamentária I	80h
Associativismo e Cooperativismo	40h
Filosofia e Ética	60h
5º Semestre	
Administração de Recursos Humanos I	60h


CESG CENTRO DE ENSINO SUPERIOR DE SÃO GOTARDO

Administração Contemporânea	80h
Administração Mercadológica I	80h
Administração Financeira e Orçamentária II	60h
Organização, Sistemas e Métodos I	40h
Estágio Supervisionado	80h
6º Semestre	
Administração da Produção I	60h
Administração Mercadológica II	40h
Logística e Distribuição Empresarial	60h
Administração de Recursos Humanos II	60h
Gestão das Empresas de Agronegócio	40h
Organização, Sistemas e Métodos II	60h
Estágio Supervisionado	80h
7º Semestre	
Administração da Produção II	40h
Elaboração e Análise de Projeto	40h
Princípios de Administração Pública	40h
Gestão de Cooperativas	40h
Administração Mercadológica III	40h
Planejamento e Gerenciamento de Projetos Agropecuários	40h


CESG CENTRO DE ENSINO SUPERIOR DE SÃO GOTARDO

Agronegócios e Estrutura dos Mercados	40h
Administração de Sistemas de Informação I	40h
Estágio Supervisionado	80h
8º Semestre	
Comércio Exterior	60h
Mercado de Capitais e de Commodities	40h
Pesquisa Operacional	60h
Administração de Sistemas de Informação II	40h
Administração de Recursos Materiais e Patrimoniais	80h
Administração de Varejo	40h
Estágio Supervisionado	80h

9.2. Relação das disciplinas dos Módulos Básico/Instrumental, Formação Profissional e Complementares e Eletivas: Consta no Anexo I

A relação de disciplinas com suas respectivas ementas e bibliografias, estão constantes no Anexo I deste Relatório.



10. INFRA-ESTRUTURA BÁSICA

A apresentação abaixo da infra-estrutura do Curso de Administração com ênfase em Agronegócio segue a divisão em módulos já apresentada no item 8.2.

10.1 Infra-estrutura para as disciplinas do Módulo Básico/Instrumental

- Salas de aula com datashow
- Biblioteca;
- Laboratório de Informática.

10.2 Infra-estrutura para as disciplinas do Módulo de Formação Profissional

- Salas de aula com datashow
- Biblioteca;
- Laboratório de Informática;
- Laboratório Departamental para Administração – Cooperativa Júnior.

10.3 Infra-estrutura para o Módulo de Disciplinas Complementares e Eletivas

- Salas de aula com datashow
- Biblioteca;
- Laboratório de Informática;
- Videoteca.

10.4 Estágio Supervisionado

- Cooperativa Júnior;
- Convênio com Empresas da Região;
- Laboratório de Informática.

**CESG CENTRO DE ENSINO SUPERIOR DE SÃO GOTARDO**

Uma observação se faz necessária: as disciplinas que utilizam recursos computacionais utilizando-se do laboratório, quando não está sendo ocupado para as aulas, esse fica aberto ao uso dos alunos das 8:00 horas às 22:00 horas, de segunda a sábado e domingo das 8:00 horas às 12:00 horas.



CESP CENTRO DE ENSINO SUPERIOR DE SÃO GOTARDO

11. CORPO DOCENTE E TÉCNICO ADMINISTRATIVO

11.1. Docentes

O corpo docente do Curso de Administração com ênfase em Agronegócio é formado em sua maioria por Pós-graduados *lato e stricto sensu*

Apresentamos abaixo a relação dos professores do Curso:

1 - Adriano Abreu de Rezende (Bacharel em Administração pela UFLA. Mestre em Agronegócios pela UFRGS. Doutorando em Ciência dos Alimentos pela UFLA)

2 – Evaldo Ferreira Boaventura (Graduado em Tecnologia de Processamento de Dados – UNIUBE. Especialista em Administração de Empresas pela USP. Mestrando em Administração pela Universidade Federal de Uberlândia.)

3 - Antônio Carlos Ferreira (Licenciado em História pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais e Teologia pela mesma Universidade. Licenciado em Filosofia pela Faculdade Diocesana de Luz/MG. Pós-graduando em Filosofia e Ética pela PUC/MG)

4 - Francisco Assis de Oliveira (Bacharel em Economia pela Newton Paiva. Especialista em Gestão do Agronegócio pela UFSCar)

5 - Henrique Sbrana Filho (Bacharel em Administração pela FEA/USP. Pós-graduado em Administração Financeira pela FGV/SP).

6 - João Eduardo Lopes Queiroz (Bacharel em Direito pela UNIFRAN. Pós-graduado em Direito Administrativo Econômico pelo Mackenzie. Doutorando em Direito UVA/ESP).

7 - Márcio Lopes Pimenta (Bacharel em Administração pela FEAPAM. Pós-graduado em Gestão Agroindustrial pela UFLA e em Marketing e Recursos Humanos pela FEAPAM. Mestrando em Administração pela UFU).

8 – Jair Fernando de Oliveira (Bacharel em Administração pela FEAPAM. Mestre em Administração pela FEAD/MG)

9 - Maria Eunice Lopes (Licenciada em Comunicação e Expressão pela UFMG. Pós-graduada em Gestão Educacional pela FACINTER)

10 – Ryldon Alvarenga (Licenciado em Ciências e Matemática pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Alto Paranaíba e Física pela Universidade de Formiga. Pós-graduação Lato Sensu em Eletrificação na Agropecuária: Qualidade e Conservação pela UFLA).

11 – Sydney Aparecida Fonseca Miranda (Bacharel em Direito pela UNIARAXÁ. Pós-graduando em Gestão do Agronegócio pela UFSCar)

12 – Simão Pedro de Lima (Licenciado em História Social pela FIP. Especialista em Gestão Empresarial pela FIP. Mestre em Ensino Superior pela UNITRI)



CESG CENTRO DE ENSINO SUPERIOR DE SÃO GOTARDO

13 – Denise Abadia Pereira Oliveira (Licenciada em Ciências Sociais pela UNIARAXÁ. Pós-graduada em Coordenação/Supervisão)

14 – Vanessa Delfino (Bacharel em Psicologia pela UFU. Doutorado em Psicologia pela USP.)

15 – Fábio Rogério Benedito Veronezzi (Bacharel em Engenharia Agrícola. Mestre em Agronomia)

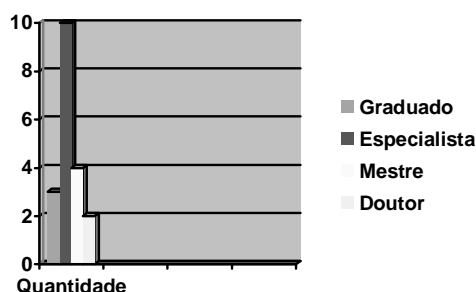
16 – Raquel dos Santos Soares (Bacharel em Administração pela USP. Mestranda em Administração pela UFU).

17 – João Éder Sales (Bacharel em Administração pela UNIARAXÁ. Pós-graduando em Cooperativismo pela Faculdade de Pedro Leopoldo)

18 – Hélder dos Anjos Augusto (Bacharel em Administração pela UFLA. Mestre em Administração pela UFLA. Doutor em Demografia pela UFMG).

19 – Celcimar Cardoso Garcia (Bacharel em Direito pela PUC/Campinas).

Estadística



11.2. Corpo Técnico-Administrativo

O Curso de Administração possui uma Secretária de Graduação com uma funcionária em dedicação exclusiva e duas patrulheiras para auxiliá-la nas tarefas cotidianas.

Possui uma biblioteconomista. Um responsável pelo Departamento de Estágio Supervisionado. Um técnico em informática, responsável pelo laboratório de informática.

Ainda, possui uma Orientadora Pedagógica que presta assistência aos discentes.



CESG CENTRO DE ENSINO SUPERIOR DE SÃO GOTARDO

12. DADOS GERAIS DO CURSO

Número de Vagas Anuais: 90 (noventa)

Regime escolar: semestral

Turno de funcionamento: noturno

Horário: de segunda a sexta-feira das 18:50 horas às 22 horas e 40 minutos

Integralização Curricular prevista: 8 semestres

Prazo mínimo para a Integralização Curricular: 8 semestres

Prazo máximo para a Integralização Curricular: 8 semestres

Carga-horária total: 3.200 horas/aula (comportando 320 horas de Estágio).



CESG CENTRO DE ENSINO SUPERIOR DE SÃO GOTARDO
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, Massilon J.. *Fundamentos de Agronegócio*. Atlas: São Paulo. 2003.

ARAÚJO, Ney Bittencourt; WEDEKIN, Ivan; PINAZZA, Luiz Antônio. *Complexo Agroindustrial: O "Agribusiness" Brasileiro*. Agroceres: São Paulo. 1990.

BATALHA, Mário Otávio (Coordenador). *Recursos Humanos para o Agronegócio Brasileiro*. Brasília: CNPq. 2000.

_____. *Recursos Humanos para o Agronegócio Brasileiro*. Brasília: CNPq. 2000.

BOK, Derek. *Toward Higher Learning - The Importance of assessing outcomes*. Change. Nov. Dec. 1986.

CASTRO, Antônio Maria Gomes de. *Análise da Competitividade de Cadeias Produtivas*. EMBRAPA: Manaus. 2000.

DAVIS, John H., GOLDBERG, Ray. A. *A Concept of Agribusiness*. New York: Alpine. 1957.

MAALOUF, D. Wajih. *Recursos Humanos e Desenvolvimento Agrícola Sustentado*. São Paulo: Fundação Salim Farah Maluf. 1993.

PINAZZA, Luiz Antônio; ARAÚJO, Ney Bittencourt de; e WEDEKIN, Ivan. *Complexo Agroindustrial: O "Agribusiness" Brasileiro*. São Paulo: Agroceres. 1990.

ZYLBERSZTAJN, Decio. *Ensino, pesquisa e consultoria nos Agronegócios: as múltiplas linguagens do profissional dos Agronegócios*. In: *A Reestruturação no Agribusiness Brasileiro: Agronegócios no Terceiro Milênio* (Coordenado por Luiz Antônio Pinazza e Regis Alimandro). ABAG/Agroanalysis/FGV: Rio de Janeiro. 1999.

<http://www.uff.br/macaebensino.htm>



CESG CENTRO DE ENSINO SUPERIOR DE SÃO GOTARDO
ANEXO I

1º PERÍODO

Teoria da Administração I – 80h

EMENTA: O desenvolvimento da administração. A necessidade de administrar, planejar, organizar, dirigir e controlar na sociedade moderna. O processo administrativo das grandes e pequenas empresas.

Bibliografia Básica:

CHIAVENATO, Idalberto. *Teoria Geral da Administração*. Rio de Janeiro: CAMPUS, vol.1. 5ª ed. 1999.

KANAANE, Roberto. *Comportamento Humano nas Organizações - o homem rumo ao século XXI*. São Paulo: Atlas, 1999.

Bibliografia Complementar:

FARIA J.C. *Administração Introdução ao Estudo*. São Paulo: 5ª ed.2000.

KWASNICKA, E.L. *Introdução à Administração*. São Paulo: Atlas. 5ª ed. 1995.

Fundamentos de Economia – 60h

EMENTA: Conceitos básicos. Noções de Microeconomia. Noções de Macroeconomia. Noções de desenvolvimento econômico.

Bibliografia Básica:



CESG CENTRO DE ENSINO SUPERIOR DE SÃO GOTARDO

VASCONCELOS, Marco Antonio S., GARCIA, Manuel E. *Fundamentos de Economia*. São Paulo: Saraiva. 2001.

VARIAN, H. R., *Microeconomia - Princípios básicos*. Rio de Janeiro: Campus. 3ª ed. 2000.

WONNACOT, Paul; WONNACOT, Ronald. *Economia*. 2ª ed. São Paulo: MaKron Books. 1994.

VICECONTI, Paulo E. V.; NEVES, Silvério das. *Introdução à Economia*. 4ª ed. São Paulo: Frase. 2000.

Bibliografia Complementar:

LAS, Richard. *Teoria Microeconômica*. Rio de Janeiro: Forense, 12ª ed. 1991.

História do Agronegócio – 20h

EMENTA: A evolução do setor agrícola brasileiro. Os ciclos da agricultura brasileira. A modernização da agricultura. O crescimento do Agronegócio. A agroindustrialização.

Bibliografia Básica:

BATALHA, Mário Otavio. *Recursos humanos para o Agronegócio Brasileiro*. Brasília-CNPq, 2000.

FURTADO, Rogério. *Agribusiness Brasileiro: A História*. São Paulo: ABAG. 2002.

CALDAS, Rui de Araújo. *Agronegócio Brasileiro- ciência, tecnologia e competitividade*. Brasília: CNPq. 2ª ed. 1998.

Bibliografia Complementar:

CONVAY, Gordon. *Produção de Alimentos no Século XXI*. São Paulo: Liberdade. 2003.

HUBERMAN, Leo. *História da Riqueza do Homem*. 21ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara. 1986.

Fundamentos de Agronegócio – 60h

EMENTA: A evolução do setor brasileiro. Ciclos da Agricultura Brasileira. Modernização da Agricultura. Conceitos e Dimensões; Segmentos dos Siatemas Agroindustriais; Verticalizações e Integrações Agroindustriais; Agregação de Valores e Margem de Comercialização no Agronegócio; Coordenação das Cadeias Produtivas; Marketing em Agronegócio; A Competência do Agronegócio Brasileiro.

Bibliografia Básica:

- BATALHA, Mário Otávio. *Gestão Agroindustrial*. 2ª ed. Vol. I e II. São Paulo: Atlas. 2001.
- CALDAS, Rui de Araújo. *Agronegócio Brasileiro - ciência, tecnologia e competitividade*. Brasília: CNPq. 2ª ed. 1998.
- LUCIANO, M. A. & ARNO, H. *Manual de Administração Rural*. 3ª ed. Guaíba: Editora Agropecuária. 1999.
- LUCIANO, M. A & ARNO, H. *Agroqualidade – Qualidade Total na Agropecuária*. 2ª ed. Guaíba: Editora Agropecuária. 1999.
- BATALHA, Mário Otavio. *Recursos Humanos para o Agronegócio Brasileiro*. Brasília-CNPq, 2005.

Bibliografia Complementar:

- ARAÚJO, Massilon J. *Fundamentos de Agronegócios*. São Paulo: Atlas. 2003.
- GESEOMAR M. *Agribussines – Contabilidade e Controladoria*. Guaíba: Editora Agropecuária. 1999.
- BATALHA, M. O.; Scarpelli, Moacir. *Gestão do Agronegócio: Aspectos Conceituais* in: *Gestão do Agronegócio: Textos Selecionados* (Coordenado por Mario Otávio Batalha). São Carlos: EdUFSCar. 2005.

Matemática – 80h

EMENTA: Números, conjuntos, funções, derivadas, aplicações., revisão de álgebra linear- sistemas lineares., operações com matrizes e determinantes; fundamentos da geometria analítica - estudo analítico do ponto e da reta.

Bibliografia Básica:

**CESG CENTRO DE ENSINO SUPERIOR DE SÃO GOTARDO**

MEDEIROS, Sebastião; MEDEIROS, Élio; MEDEIROS, Ermes. *Matemática para os Cursos de Economia, Administração e Ciências Contábeis*. 3ª ed. São Paulo: Atlas. 1988.

Bibliografia Complementar:

LEITHOLD, Louis. *Matemática Aplicada à Economia e Administração*. São Paulo: Harbra. 1988.

WEBER, Jean E. *Matemática para Economia e Administração*. São Paulo: Harper & Row do Brasil. 1977.

Português Instrumental – 80h

EMENTA: Funções da linguagem. A construção do texto: a frase, o vocabulário; o parágrafo. Comunicação – eficácia e falácias. Compressão e expressão oral. Redação técnica. Textos informativos e acadêmicos.

Bibliografia Básica:

MARTINS, D.S. & ZILBERKNOP, L. S. *Português Instrumental*. Porto Alegre: SAGRALUZZATTO, 21º Ed., 2000.

CUNHA, Celso. *A Nova Gramática do Português Contemporâneo*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira. 3ª ed. 2001.

LUFT, Celso Pedro. *Novo Guia Ortográfico*. Porto Alegre: Globo. 27º ed.. 1998.

Bibliografia Complementar:

CEREJA, William Roberto, Magalhães, Tereza C. *Gramática: texto, reflexão e uso*. São Paulo: Atual, 1998,

ANDRE, Hildebrando A. de. *Gramática ilustrada*. São Paulo: Editora moderna, 15 ed. 1997.

LYONS, Jonh, *Linguagem e lingüística uma introdução*. Rio de Janeiro:



CESSG CENTRO DE ENSINO SUPERIOR DE SÃO GOTARDO

Editora LTC, 1987.

Metodologia para Elaboração de Trabalhos Acadêmicos – 20h

EMENTA: Estudo dos elementos pré-textuais, textuais e pós-textuais que compõem o trabalho acadêmico e dos elementos componentes de apresentação física e gráfica do mesmo.

Bibliografia Básica:

QUEIROZ, João Eduardo Lopes. *Guia de Trabalhos Acadêmicos*. São Gotardo: CESSG. 2005.

Bibliografia Complementar:

OLIVEIRA, Silvio Luiz de. *Tratado de Metodologia Científica*. 2ª ed. São Paulo: Pioneira. 1999.

HESSER, Johannes. *Teoria do Conhecimento*. 3ª ed. Coimbra: Coimbra. 1964.

2º PERÍODO

Teoria da Administração II – 80h

EMENTA: Administração - realidade, tecnologia e prática. Ambiente externo das organizações. Avaliação da prática do planejamento e controle das empresas. Dinâmica administrativa. Dinâmica organizacional e comportamental. Principais áreas funcionais da administração.

Bibliografia Básica:

CHIAVENATO, Idalberto. *Teoria Geral da Administração*. Rio de Janeiro: CAMPUS, vol.1. 5ª ed. 1999.



CESSG CENTRO DE ENSINO SUPERIOR DE SÃO GOTARDO

FAYOL, H., *Administração Industrial e Geral: previsão, organização, comando e controle*. São Paulo: Atlas. 10ª ed. 1994.

CHIAVENATO, Idalberto. *Administração: Teoria, Processo e Prática*. São Paulo: Makron Books, 3ª ed. 2000.

Bibliografia Complementar:

HAMPTON, D. R. *Administração Contemporânea: teoria, prática e casos*. São Paulo: Makron Books. 3ª ed. 1992.

Sociologia das Organizações – 60h

EMENTA: Sociologia: objeto de estudo, conceitos básicos, métodos. Sistemas sociais. Organização: tipologia; sistema e tipo de autoridade; relações de influência e poder; normas. Modelo burocrático, suas funções e suas disfunções. Organização forma/informal, tecnoestrutura.

Bibliografia Básica:

OLIVEIRA, Silvio Luiz. *Sociologia das Organizações: Uma Análise do Homem e das Empresas no Ambiente Competitivo*. São Paulo: Pioneira. 2000.

BOTTO, More T.B. *Introdução à Sociologia*. Rio de Janeiro: Editora L.T.C. 9ª ed. 1987.

Bibliografia Complementar:

MARTINS, J.S. *O poder do atraso: ensaio de sociologia da história lenta*. São Paulo: Hucitec. 2ª ed. 1999.

BERNARDES, Cyro. MARCONDES, Reynaldo. *Sociologia Aplicada à Administração – gerenciado grupos nas organizações*. São Paulo: Saraiva. 5ª ed. 2000.

Introdução ao Direito - 20h



CESSG CENTRO DE ENSINO SUPERIOR DE SÃO GOTARDO

EMENTA: Princípios fundamentais do direito. Ato e fato jurídico. A lei e o tempo. Analogia e jurisprudência. Instituições de direito privado: direito civil e comercial. Instituições de direito público: direito constitucional administrativo.

Bibliografia Básica:

FERRAZ JR., Tércio Sampaio. *Introdução ao Estudo do Direito – técnica, decisão, dominação*. São Paulo: Atlas. 3ª ed. 2001.

NUNES, Luís Antônio Rizzatto. *Manual de Introdução ao Estudo do Direito*. São Paulo: Editora Saraiva, 3ª ed. 2000. 320p.

Bibliografia Complementar:

GUSMÃO, Paulo Dourado de. *Introdução ao Estudo do Direito*. Rio de Janeiro: Forense. 29ª ed. 2001.

NADER, Paulo. *Introdução ao Estudo do Direito*. Rio de Janeiro: Forense. 21ª ed. 2001.

Matemática Financeira – 60h

EMENTA: Cálculo de juros e capitalização simples. Capitalização composta e suas características. Desconto e taxa de desconto. Taxas reais, nominais e efetivas. Séries de pagamentos. Sistemas de amortização. Correção monetária, inflação e seus efeitos nos planejamentos das empresas.

Bibliografia Básica:

FARO, Clovis de. *Matemática Financeira*. São Paulo: Atlas. 1982.

MATHIAS, Washington F., GOMES José Maria, *Matemática Financeira*. São Paulo: Atlas, 2ª ed., 1996.

Bibliografia Complementar:



CESG CENTRO DE ENSINO SUPERIOR DE SÃO GOTARDO

SHINODA, Carlos. *Matemática Financeira para usuários de Excel*. 2ª ed. São Paulo: Atlas. 1998.

LAPPONI, J.C. *Matemática Financeira*. São Paulo: Laponi. 1998.

Informática para a Administração – 80h

EMENTA: O uso do computador na Administração. Noções básicas de microcomputadores. Princípios básicos de sistemas operacionais e programação. O uso de redes de computadores na empresa. Interface gráfica. O uso de editores de textos. O uso de planilhas eletrônicas.

Bibliografia Básica:

ALMEIDA, Marcus Garcia de. *Fundamentos de Informática: Software e Hardware*. Rio de Janeiro: Brasport. 1999.

LAPPONI, J.C. *Excel e Cálculos Financeiros*. São Paulo: Laponi Treinamento e Editora Ltda. 1999.

Bibliografia Complementar:

SANTOS, Aldemar A. *A Informática na Empresa*. São Paulo: Atlas. 2000.

MARTINS, Edson Gonzalez. *Gestão da Informática nas Empresas*. São Paulo: CenaUn. 1998.

Cadeias Agroindustriais – 60h

EMENTA: Os complexos agroindustriais brasileiros. Técnicas de análise dos complexos agro-industriais. O papel regulador das instituições componentes dos complexos agro-industriais. Associativismo e cooperativismo no Agronegócio. Aplicação do conceito de cadeia de produção agro-industrial no Agronegócio brasileiro. Estudo de caso das cadeias agrícolas. Estudo de caso das cadeias de produtos pecuários. Estudo de caso de cadeias pecuárias. Avaliação das cadeias agro-industriais. A inter-relação das cadeias.

Bibliografia Básica:

**CESEG CENTRO DE ENSINO SUPERIOR DE SÃO GOTARDO**

BATALHA, Mário. O. (Coordenador) *Gestão Agroindustrial*. São Paulo: Atlas. 2001.

CALDAS, Rui de Araújo. *Agronegócio Brasileiro - ciência, tecnologia e competitividade*. Brasília: CNPq. 2ª ed. 1998.

Bibliografia Complementar:

ARAÚJO, N.B, WEEDEKIN, I., PINAZZA, L. A. *O complexo agroindustrial: o "agribusiness" brasileiro*. São Paulo: Agrocere, 1990.

PINAZZA, L. A. *A Reestruturação no Agribusiness brasileiro – Agronegócio no Terceiro Milênio*. Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Agribusiness. 1999.

ZYLBERSZTAJN, D.; NEVES, M.F. (org.). *Economia e Gestão dos Negócios Agroalimentares*. São Paulo: Pioneira, 2000.

Legislação Empresarial e Tributária – 40h

EMENTA: Princípios Tributários. Noção de Tributos. Legislação Tributária. Principais Tributos. Direito Empresarial – Noções. A Empresa no Novo Código Civil. Noção de Empresário no Novo Código Civil. Sociedades Comerciais. Títulos de Crédito.

Bibliografia Básica:

ALVARENGA, José Eduardo de. *O Novo Código Civil e as Sociedades Limitadas de Agronegócios: Os Problemas Jurídicos Recorrentes* in: QUEIROZ, João Eduardo Lopes; SANTOS, Márcia Walquíria Batista dos. *Direito do Agronegócio*. Belo Horizonte: Fórum. 2005.

Código Civil Atual. Lei 10.406/02

Constituição Federal da República – 1988. Brasília. Gráfica do Senado. 2002.

Código Tributário Nacional.

Bibliografia Complementar:

PROENÇA, José Marcelo Martins. *Impostos, Taxas e Contribuições como Fontes de Receitas da Administração Pública*. In: QUEIROZ, João Eduardo Lopes Queiroz



CESG CENTRO DE ENSINO SUPERIOR DE SÃO GOTARDO

(Organizador). *Curso de Direito Administrativo Econômico*. São Paulo: Malheiros. 2006. 3 volumes.

HARADA, Kiyoshi. *Direito Financeiro e Tributário*. 9ª ed. São Paulo: Atlas. 2002.

3º PERÍODO

Políticas Governamentais Aplicadas ao Agronegócio – 60h

EMENTA: Políticas Governamentais Macroeconômicas: Monetária, Fiscal, Cambial e Comercial; Políticas Setoriais para o Agronegócio: Crédito Rural, Pronaf, CPR Física e Financeira; Política de Garantia de Preços Mínimos; Contratos de Opção de Venda; Prêmio de Escoamento de Produto; Seguro Agrícola e outros mecanismos de apoio governamentais;

Bibliografia Básica:

BACHA, Carlos J. Caetano. *Economia e Política Agrícola no Brasil*. São Paulo: Atlas. 2004.

BATALHA, Mário Otávio (Coord.). *Gestão Agroindustrial*. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2001. Vol. 1 e 2.

BONONI, Alexandre Bottino. *Políticas Agrícolas: Principais Instrumentos Governamentais para Fomento das Atividades Agrícolas (A Intervenção do Estado na Agricultura)* in: QUEIROZ, João Eduardo Lopes; SANTOS, Márcia Walquíria Batista dos. *Direito do Agronegócio*. Belo Horizonte: Fórum. 2005.

BUAINAIN, Antônio Márcio; SOUZA FILHO, Hildo Meirelles de. *Política Agrícola no Brasil: Evolução e Principais Instrumentos*. In: BATALHA, M. O. *Gestão Agroindustrial - Vol. 2*. (Coordenado por Mario Otávio Batalha). São Paulo: Atlas, 2001, 2. ed.

PEREIRA, Lutero de Paiva. Crédito Rural in: QUEIROZ, João Eduardo Lopes; SANTOS, Márcia Walquíria Batista dos. *Direito do Agronegócio*. Belo Horizonte: Fórum. 2005.

Bibliografia Complementar:



CESG CENTRO DE ENSINO SUPERIOR DE SÃO GOTARDO

CAVINA, Romolo. *Introdução à Economia Rural Brasileira*. São Paulo: Atlas. 1979.

PEREIRA, Lutero de Paiva. *Crédito Rural: Limites da Legalidade*. Curitiba: Juruá. 2003.

PINAZZA, Luiz Antonio; ALIMANDRO, Regis, (orgs). *Reestruturação no Agribusiness Brasileiro*. Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Agribusiness - ABAG. 1999.

Estatística Econômica e Empresarial – 80h

EMENTA: Apresentação e Somatório; Distribuição de Frequências e Histograma; Medidas de Posição e Dispersão; Amostragem; Distribuição Normal; Intervalo de Confiança; Regressão e Correlação, Probabilidades; Distribuição Binomial; Teste de Hipóteses.

Bibliografia Básica:

BARBETTA, Pedro Alberto. *Estatística Aplicada às Ciências Sociais*. 5ª ed. Florianópolis: UFSC. 2002.

Bibliografia Complementar:

STEVENSON, W. J., *Estatística Aplicada à Administração*, Harbra, 1981.

BUSSAB, W. O., MORETTIN, P. A., *Estatística Básica*, Atual, 1987.

Contabilidade Geral – 80h

EMENTA: Conceitos Básicos e Definições Contábeis; Balanço Patrimonial; Apuração dos Resultados Econômicos; Mutações do Patrimônio Líquido; Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos; Fluxo Financeiro; Introdução a Índices Financeiros.

Bibliografia Básica

MARION, J. C. *Contabilidade Básica*. 7ª ed. São Paulo: Atlas. 2004.

LEITE, Hélio de Paula. *Contabilidade para Administradores*. Atlas. 1993.



CESG CENTRO DE ENSINO SUPERIOR DE SÃO GOTARDO

Bibliografia Complementar:

MARION, José Carlos. *Contabilidade Rural*. 3ª ed. São Paulo: 1994.

Análise de Custos – 60h

EMENTA: Conceitos Básicos no Estudo de Custos; Doutrina e Composição dos Custos de Produção; Análise. Aplicação e Controle dos Custos Diretos e Indiretos de Produção; Sistema de Acumulação de Custos; Produção Conjunta; Análise e Objetivos dos Custos das Empresas; Elementos de Custos para Controle; Análise de Custo/Volume/Lucro das Empresas; Custos e Tomada de Decisões.

Bibliografia Básica

DUTRA, René Gomes. *Custos: Uma Abordagem Prática*. 5ª. Ed. São Paulo: Atlas, 2003.

BATALHA, Mário O. *Custos Agroindustriais* in: *Gestão Agroindustrial*. 2ª ed. São Paulo: Atlas, 2001.

Bibliografia Complementar

NASCIMENTO, Jonilton Mendes do. *Custos: planejamento, controle e gestão na economia globalizada*. 2ª. ed. São Paulo: Atlas, 2001.

MARTINS, Eliseu. *Contabilidade de Custos*. Atlas - São Paulo, 2003.

VANDERBECK, Edward J. *Contabilidade de Custos*. 11ª ed. São Paulo: Pioneira. 2001.

OLIVEIRA, Luís Martins; PEREZ, José Hernandez. *Contabilidade de custos para não contadores*. São Paulo: Atlas, 2000.

LI, David H. *Contabilidade de Custos*. Rio de Janeiro: Interamericana. 1981.

Legislação Ambiental, Agrária e do Agronegócio – 40h

EMENTA: Introdução à Legislação Ambiental. Princípios Ambientais. Tutela Administrativa do Meio Ambiente. Princípios Básicos da Gestão Ambiental. Noções Básicas de Direito



CESG CENTRO DE ENSINO SUPERIOR DE SÃO GOTARDO

Agrário. Contratos Agrários. Noções Básicas de Direito do Agronegócio. Condomínios Agropecuários.

Bibliografia Básica:

QUEIROZ, João Eduardo Lopes. www.joao.cesg.edu.br

Bibliografia Complementar:

BENJAMIN, Antônio Herman V. Desapropriação, Reserva Florestal e Áreas de Preservação Permanente In: QUEIROZ, João Eduardo Lopes; SANTOS, Márcia Walquíria Batista dos. *Direito do Agronegócio*. Belo Horizonte: Fórum. 2005.

SANTOS, Márcia Walquíria Batista dos. Licenciamento Ambiental In: QUEIROZ, João Eduardo Lopes; SANTOS, Márcia Walquíria Batista dos. *Direito do Agronegócio*. Belo Horizonte: Fórum. 2005.

QUEIROZ, João Eduardo Lopes. *Processo Administrativo de Licenciamento Ambiental. Licenciamento Ambiental da Atividade Agropecuária. Exigência de Licenciamento para a Obtenção de Crédito Rural* in: Fórum de Direito Urbano e Ambiental. Nº 17. Setembro/Outubro de 2004. Belo Horizonte: Fórum.

HENKES, Silviana Lúcia. O Futuro do Agronegócio sob uma Perspectiva Hídrico-Jurídica In: QUEIROZ, João Eduardo Lopes; SANTOS, Márcia Walquíria Batista dos. *Direito do Agronegócio*. Belo Horizonte: Fórum. 2005.

Psicologia Aplicada à Administração – 80h

EMENTA: O trabalho na construção do humano. Teorias de administração e a psicologia. Comportamentalismo e a Administração. Humanismo e a Administração. Psicanálise e psicodinâmica; Análise Institucional.

Bibliografia Básica:

BRAGHIROLI, Elaine Maria. *Psicologia Geral*. 2ª ed. Porto Alegre: Vozes. 1990.

DAVIDOFF, Linda. *Introdução à Psicologia*. 3. ed. São Paulo: Makron Books, 2001.

CAMPOS, Dinah. *Psicologia e Desenvolvimento Humano*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.



CESSG CENTRO DE ENSINO SUPERIOR DE SÃO GOTARDO

HOLLAND, J. G.; SKINNER, B. F. *A Análise do Comportamento*. São Paulo: UPU, 1975.

Bibliografia Complementar:

MUCHINSKY, Paul M. *Psicologia Organizacional*. 7ª ed. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2004.

BOWDITCH, James L.; BUONO, Anthony F. *Elementos de Comportamento Organizacional*. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2004.

FREITAS, Agostinho Borges. *A Psicologia, o Homem e a Empresa*. 2ª ed. São Paulo: Atlas, 1991.

4º PERÍODO

Metodologia de Pesquisa Científica – 20h

EMENTA: Estudo dos Fundamentos, Modalidades e Etapas do Trabalho Científico. Métodos e Técnicas para elaboração e apresentação de pesquisa e projetos.

Bibliografia Básica:

OLIVEIRA, Silvio Luiz de. *Tratado de Metodologia Científica*. . 2ª ed. São Paulo: Pioneira, 1999.

QUEIROZ, João Eduardo Lopes. *Guia de Trabalhos Acadêmicos*. São Gotardo: CESSG, 2005.

Contabilidade Gerencial e Aplicada ao Agronegócio - 40h

EMENTA: Caracterização da Contabilidade Gerencial; Análise Custo/Volume/Lucro; Custos por Absorção em Empresas com Produção Integrada; Demonstrações Contábeis a Valores Constantes – Moeda Forte; Correção Monetária Integral. Contabilidade Divisional. Gerenciamento de Custo.

**Bibliografia Básica:**

ANTUNES, Luciano Médici. *Manual de Administração Rural: Custos de Produção*. 3ª ed. Guaíba: Agropecuária. 1999.

Bibliografia Complementar:

MARION, J.C. – *Contabilidade e Controladoria em Agrobusiness*. 2ª.ed. São Paulo: Atlas, 1.997.

PADOVESE, C.L. – *Contabilidade Gerencial – Um enfoque em sistema de informação contábil*, 2ª ed. São Paulo: Atlas. 1.997

Legislação Trabalhista e Previdenciária – 40h

EMENTA: História do Direito do Trabalho no Brasil e no Mundo. Conceito de Direito do Trabalho. Posição Enciclopédica do Direito do Trabalho. Fontes do Direito do Trabalho. Princípios do Direito do Trabalho. Direito Individual do Trabalho. Contrato de Trabalho. Empregado. Empregador. Poder de Direção do Empregador. Alteração do Contrato de Trabalho. Suspensão e Interrupção do Contrato de Trabalho. Cessaçã do Contrato de Trabalho. Cessaçã do Contrato de Trabalho por decisão do Empregado. Cessaçã do Contrato por desaparecimento de uma das partes. Cessaçã do Contrato de Trabalho por mútuo acordo das partes. Cessaçã por advento do termo do contrato de trabalho. Força Maior. Aviso Prévio. Estabilidade. Indenizaçã. Fundo de Garantia do Tempo de Serviço. Introdução ao Direito Previdenciário. Benefícios Sociais.

Bibliografia Básica:

NASCIMENTO, Amauri Mascaro. *Curso de Direito do Trabalho*. 17ª ed. São Paulo. Saraiva. 2001.

GOMES, Orlando. *Curso de Direito do Trabalho*. 16ª ed. Rio de Janeiro: Forense. 2001.

VALERIANO, Sebastião Saulo. *Relações de Trabalho Rural* In: QUEIROZ, João Eduardo Lopes; SANTOS, Márcia Walquíria Batista dos. *Direito do Agronegócio*. Belo Horizonte: Fórum. 2005.

ÁGUILA, Iara Marthos. *Cooperativas de Trabalho Rural* In: QUEIROZ, João Eduardo



CESG CENTRO DE ENSINO SUPERIOR DE SÃO GOTARDO

Lopes; SANTOS, Márcia Walquíria Batista dos. *Direito do Agronegócio*. Belo Horizonte: Fórum. 2005.

BRITO, Mozar José de; FERREIRA, Maria Cristina Godinho Lopes. Formação e Gestão de Consórcio de Empregadores Rurais In: QUEIROZ, João Eduardo Lopes; SANTOS, Márcia Walquíria Batista dos. *Direito do Agronegócio*. Belo Horizonte: Fórum. 2005.

Bibliografia Complementar:

Constituição, Brasil (1988). Brasília. Gráfica do Senado, 2002.

Leis Infraconstitucionais – Consulta ao site do Senado Legis (Internet).

Economia Brasileira e Agrícola – 80h

EMENTA: Economia Brasileira e Conceitos Básicos; Economia Agro-Exportadora; Processo de Substituição de Importações; Crise ao Milagre 60-73; Crescimento Forçado à Crise da Dívida; A Economia Brasileira Pós-Plano Real; Estado Regulador em Defesa da Concorrência; Agronegócio na Economia Brasileira; Papel da Agropecuária no Desenvolvimento Econômico; Evolução da Estrutura Agrária Brasileira.

Bibliografia Básica:

GREMAUD, Amaury Patrik e VASCONSELLOS, Marco Antonio Sandivalde. *Economia brasileira contemporânea*. São Paulo: Atlas. 2004.

BACHA, Carlos José Caetano. *Economia e Política Agrícola no Brasil*. São Paulo: Atlas. 2004.

Bibliografia Complementar:

BRITO, Paulo. *Economia Brasileira: Planos econômicos e políticas econômicas básicas*. São Paulo: Atlas, 2004.

CAVINA, Romolo. *Introdução à Economia Rural Brasileira*. São Paulo: Atlas. 1979.

BACHA, Edmar. *Introdução à Macroeconomia: Uma Perspectiva Brasileira*. 8ª ed. Rio de Janeiro: Campus. 1991.



CESG CENTRO DE ENSINO SUPERIOR DE SÃO GOTARDO

Comunicação aplicada à Administração – 40h

EMENTA: Conceitos básicos de comunicação. Comunicação Formal e Informal. As Teorias da comunicação aplicadas à administração. Análise e produção da comunicação oral e escrita. Elementos da Comunicação empresarial. Cultura organizacional e sua influência na sociedade. Globalização e interação cultural

Bibliografia Básica:

PIMENTA, Maria Alzira. *Comunicação Empresarial*. 3. ed. Campinas: Alínea. 2002.

Bibliografia Complementar

BORDENAVE, J.E.D. O que é comunicação. São Paulo: Brasiliense, (Primeiros Passos), 1984.

BUENO, W. da C. *Comunicação Empresarial: teoria e pesquisa*. Barueri: Manole. 2003.

Administração Financeira e Orçamentária I – 80h

EMENTA: Os Objetivos e Funções da Administração Financeira; Análise Vertical e Horizontal das Demonstrações Financeiras; Índices Financeiros das Demonstrações Financeiras; Avaliação de Investimentos; Administração do Capital de Giro; Decisão Estratégica de Alocação de Sobras Financeiras.

Bibliografia Básica:

HOJI, M. – *Administração Financeira – Uma Abordagem Prática*. 5ª Ed. São Paulo: Atlas. 2004.

Bibliografia Complementar:

BRAGA, R. *Fundamentos e Técnicas da Administração Financeira*. São Paulo: Atlas, 1.998.



CESG CENTRO DE ENSINO SUPERIOR DE SÃO GOTARDO

HELFERT, Erich A. *Técnicas de Análise Financeira*. 9ª ed. São Paulo: Bookman. 2000.

SILVA, Sérgio Eduardo Dias da. *Gerência Financeira*. São Paulo: Saraiva. 1991.

BODIE, Zvi; MERTON, Robert C. *Finanças*. Porto Alegre: Bookman. 1999.

Filosofia e Ética – 60h

EMENTA: Conceito de filosofia, sua gênese, sua trajetória e principais correntes filosóficas. Ciência e evolução do pensamento científico. A análise do pensamento medieval. A filosofia moderna e contemporânea. Formação humanística, crítica e racionalista. Fundamentos Filosóficos e pressupostos do conhecimento. Ética e Responsabilidade Social nas Empresas.

Bibliografia Básica:

CHAUI, Marilena. *Convite à Filosofia*. São Paulo: Ática. 2001.

GIRARDI, Leopoldo Justino. *Filosofia: Aprendendo a Pensar*. 17ª ed. Porto Alegre: Sagra-Luzzatto. 2001.

LARA, Tiago Adão. *A Filosofia nas suas Origens Gregas*. 3ª ed. Petrópolis: Vozes. 1989.

Bibliografia Complementar:

ASHLEY, Patrícia Almeida (Coord.). *Ética e Responsabilidade Social nos Negócios*. São Paulo: Saraiva. 2002.

ARANHA, Maria Lúcia de. *Temas de Filosofia*. 1ª ed. São Paulo: Moderna. 1993.

ARANHA, Maria Lúcia de. *Filosofando: Introdução a Filosofia*. 2ª ed. São Paulo: Moderna. 1993.

Associativismo e Cooperativismo – 40h

EMENTA: Antecedentes históricos do cooperativismo; Antecedentes históricos do cooperativismo brasileiro; Evolução do cooperativismo mundial e brasileiro; Definição da empresa cooperativa; Principais dificuldades na gestão destas empresas; Identificação das vantagens de negócios destas organizações; Identificação de suas limitações e seu potencial de negócios.

Bibliografia Básica:

BATALHA, Mário Otávio (Coord.). *Gestão Agroindustrial*. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2001. Vol. 1 e 2.

MATOS, Alan Kardec Veloso de. Cooperativismo e Agronegócio in: QUEIROZ, João Eduardo Lopes; SANTOS, Márcia Walquíria Batista dos. *Direito do Agronegócio*. Belo Horizonte: Fórum. 2005.

ZYLBERSZTAJN, Decio. Agribusiness Cooperativo in: *Economia e Gestão dos Negócios Agroalimentares* (organizado por Decio Zylbersztajn e Marcos Fava Neves). São Paulo: Pioneira. 2000.

Bibliografia Complementar:

YOUNG, Lúcia Helena Briski. *Sociedades Cooperativas: resumo prático*. 3ª. Ed. Curitiba, Juruá Editora, 2003.

POLONIO, Wilson Alves. *Manual das Sociedades Cooperativas*. São Paulo: Editora Atlas. 2001.

ALVES, Marco Antonio Pérez. *Cooperativismo, Arte & Ciência. Doutrina, Prática e Legislação*. São Paulo: Livraria e Editoria Universitária de Direito, 2003.

PADILHA, Dráuzio Leme. *CAC: Cooperativismo que deu certo*. São Paulo: Gráfica da Cooperativa Agrícola de Cotia/Cooperativa Central. 1989.

5º PERÍODO

Administração de Recursos Humanos I – 60h

EMENTA: O planejamento dos recursos humanos; A visão sistêmica; Gestão de recursos humanos; Estrutura e projeto de organização; Cultura organizacional e mudança; As pessoas; As pessoas e as organizações; O sistema de administração de recursos humanos.

Bibliografia Básica:



CESG CENTRO DE ENSINO SUPERIOR DE SÃO GOTARDO

CHIAVENATO, Idalberto. *Recursos Humanos*. Ed. Compacta. São Paulo: Atlas. 1995.

Bibliografia Complementar:

ZAIMA, Gustavo; BOOG, Magdalena. *Manual de Gestão de Pessoas e Equipes: Estratégias e Tendências*. Vol. I. São Paulo: Gente. 2002.

BATALHA, Mário Otavio. *Recursos Humanos para o Agronegócio Brasileiro*. Brasília-CNPq, 2005.

Administração Contemporânea – 80h

EMENTA: Administração: realidade, tecnologia e prática; ambiente externo das organizações; avaliação da prática do planejamento e controle das empresas; dinâmica administrativa; dinâmica organizacional e comportamental; principais áreas funcionais da Administração. Empreendedorismo.

Bibliografia Básica

CARVALHO, Abigail de Oliveira (Org.). *Administração Contemporânea: Algumas Reflexões*. Belo Horizonte: UFMG. 1988.

HAMPTON, D. R. *Administração Contemporânea: Teoria, Prática e Casos*. São Paulo: Makron Books. 3ª ed. 1992.

Bibliografia Complementar

DRUCKER, Peter F. *Introdução à Administração*. São Paulo: Pioneira Tomson Learning. 2002.

MARCOVICH, Jacques. *Pioneiros e Empreendedores: A Saga do Desenvolvimento no Brasil*. Vol. 2. São Paulo: USP/Saraiva. 2005.

Administração Financeira e Orçamentária II – 60h



CESG CENTRO DE ENSINO SUPERIOR DE SÃO GOTARDO

EMENTA: Orçamento Empresarial – Planejamento e Controle. Orçamento Físico de Produção, Vendas e Estoques. Orçamento: Receitas, Impostos sobre Vendas e Recebimento. Orçamento: Custos de Produção. Orçamento: Despesas. Orçamento: Investimentos. Orçamento: Demonstrativos Principais.

Bibliografia Básica:

HOJI, M. – *Administração Financeira – Uma Abordagem Prática*. 5ª Ed. São Paulo: Atlas. 2004.

Bibliografia Complementar:

BRAGA, R. *Fundamentos e Técnicas da Administração Financeira*. São Paulo: Atlas, 1.998.

HELFERT, Erich A. *Técnicas de Análise Financeira*. 9ª ed. São Paulo: Bookman. 2000.

SILVA, Sérgio Eduardo Dias da. *Gerência Financeira*. São Paulo: Saraiva. 1991.

BODIE, Zvi; MERTON, Robert C. *Finanças*. Porto Alegre: Bookman. 1999.

Organização, Sistemas e Métodos I – 40h

EMENTA: Diagnóstico e intervenção organizacional. Departamentalização. Estruturas Organizacionais. Técnicas administrativas de análise, resolução de problemas e implantação de projetos. Gerenciamento e implantação de mudanças organizacionais. Instrumental para a estruturação administrativa.

Bibliografia Básica:

SIMCSIK, Tíbor. *OMIS: Métodos, Informação e Sistemas*. Vol. I. São Paulo: Makron Books. 1992.

Bibliografia Complementar:



CESG CENTRO DE ENSINO SUPERIOR DE SÃO GOTARDO

OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças de. *Sistemas, Organização & Métodos: Uma Abordagem Gerencial*. 13ª ed. São Paulo: Atlas. 2002.

CURY, Antônio. *Organização e Métodos: Perspectiva Comportamental & Abordagem Contingencial*. 4ª ed. São Paulo: Atlas. 1988.

Administração Mercadológica I – 80h

EMENTA: Conceitos de Marketing. O papel do Marketing. Ambiente de Marketing. Comportamento de consumidor. Marketing *Mix*. Composto mercadológico: Avaliação do potencial de mercado. Pesquisa e desenvolvimento de estratégias de marketing. Programa de preços. Composto Administrativo: Administração de Vendas, Planejamento e Controle, Desenvolvimento de programas de marketing.

Bibliografia Básica:

KOTLER, P. *Administração de Marketing: edição do novo milênio*. São Paulo: PrenticeHall. 2000.

Bibliografia Complementar:

Revista Exame

Site da ESPM - <http://www.espm.br>

Estágio Supervisionado – 80h

EMENTA: Projeto de Estágio: Introdução; Problemática; Objetivo Geral; Objetivos Específicos; Referencial Teórico; Metodologia; Conclusão; Bibliografia; Cronograma; Folha de aprovação do orientador. Estágio e formação. Aspectos legais e éticos do estágio de nível superior. A práxis do administrador. Observação, co-participação e vivência nos diferentes setores da empresa. Relatório e portfólio.

Desenvolvimento do “Trabalho de Estágio”: introdução, Caracterização da Organização, Referencial Teórico, Metodologia, Apresentação prática dos trabalhos desenvolvidos, Análise e Conclusão.



CESSG CENTRO DE ENSINO SUPERIOR DE SÃO GOTARDO

Os objetivos do estágio são levar o aluno a: compreender a inter-relação da teoria e prática em condições concretas e trabalhar em condições reais de planejamento e sistematização.

Esta disciplina visa dar ao aluno experiência pré-profissional, colocando-a em contato com a realidade do mundo do Agronegócio, dando-lhe oportunidade de vivenciar problemas e aplicar nesse ambiente, os conhecimentos adquiridos no curso.

6º PERÍODO

Administração da Produção I – 60h

EMENTA: Introdução a Administração da Produção. Papel Estratégico e Objetivos da Produção. Estratégia da Produção. Processo de Tomada de Decisão. Projetos de Produção. Projeto em Gestão da Produção. Projeto do Produtos e Serviços. Projeto da Rede de Operações Produtivas. Arranjo Físico e Fluxo. Tecnologia de Processo. Projeto de Organização do Trabalho. Noções sobre planejamento e Controle da Produção. Planejamento PERT. Planejamento e Controle da Capacidade. Planejamento e Controle de Estoque. Planejamento e Controle de Rede de Suprimentos. Planejamento e Controle de Projetos. Planejamento e Controle da Qualidade.

Bibliografia Básica:

SLACK, Nigel. (et al). *Administração da Produção*. (Edição Compacta) São Paulo: Atlas. 1999.

Bibliografia Complementar:

SLACK, Nigel. (et al). *Administração da Produção*. 2ª ed. São Paulo: Atlas. 2002.

MOREIRA, Daniel A. *Administração da Produção e Operações*. São Paulo: Pioneira Thomson Learning. 2002.



CESG CENTRO DE ENSINO SUPERIOR DE SÃO GOTARDO

GAITHER, Norman; FRAZIER, Greg. *Administração da Produção e Operações*. 8ª ed. São Paulo: Pioneira Thomson Learning. 2001.

MAYER, Raymond. R. *Administração da Produção*. São Paulo: Atlas. 1990.

Gestão das Empresas de Agronegócio – 40h

EMENTA: A visão de mercado da empresa. Aliança estratégica da empresa. Análise econômica da empresa agro-industrial. O planejamento da empresa agro-industrial. A especialização da produção. A diversificação do mercado. Estratégias e marketing. Gestão da qualidade.

Bibliografia Básica:

HAMPTON, David. *Administração Contemporânea*. São Paulo: Macgraw-Hill. 1992.

BATALHA, Mário Otávio (Coord.). *Gestão Agroindustrial*. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2001. Vol. 1 e 2.

Bibliografia Complementar:

BATALHA, Mário O. *Gestão de Agronegócios (Textos Selecionados)*. São Carlos: UFSCAR. 2005.

SMITH, T. Lynn. *Organização Rural: Problemas e Soluções*. São Paulo: Pioneira. 1971.

Administração de Recursos Humanos II – 60h

EMENTA: Mercado de trabalho de recursos humanos. Seleção de pessoal. Rotinas trabalhistas e os aspectos legais envolvidos. Treinamento e desenvolvimento de pessoal. Administração de cargos e salários. Aspectos normativos de higiene e segurança de trabalho. Auditoria de recursos humanos.

Bibliografia Básica:

CHIAVENATO, Idalberto. *Recursos Humanos*. Ed. Compacta. São Paulo: Atlas. 1995.

**Bibliografia Complementar:**

ZAIMA, Gustavo; BOOG, Magdalena. *Manual de Gestão de Pessoas e Equipes: Operações*. Vol. II. São Paulo: Gente. 2002.

BATALHA, Mário Otavio. *Recursos Humanos para o Agronegócio Brasileiro*. Brasília-CNPq, 2005.

Administração Mercadológica II – 40h

EMENTA: Segmentação de mercado e administração de canais de mercado. Metas de vendas, promoção e administração do programa de marketing. Planejamento Estratégico em Marketing. A Importância do Marketing para o Plano de Negócios.

Bibliografia Básica:

KOTLER, P. *Administração de Marketing: edição do novo milênio*. São Paulo: PrenticeHall, 2000.

Bibliografia Complementar:

COBRA, Marcos. *Administração de Vendas*. São Paulo: Atlas, 1999.

XAVIER, Coriolano; MEGIDO, J. L. Tejon. *Marketing e Agribusiness*. São Paulo: Atlas. 1997.

Revista Exame

Site da ESPM - <http://www.espm.br>

Logística e Distribuição Empresarial – 60h

EMENTA: Introdução a Cadeia de Suprimentos. Revisão da Cadeia de Suprimentos. Acelerador da Logística. Logística no Agronegócio. Previsão de Demanda. Serviço ao



CESSG CENTRO DE ENSINO SUPERIOR DE SÃO GOTARDO

Cliente. Gestão de Estoques e Movimentos Colaborativos. Movimentação e Armazenagem. Transporte. Logística Interna. Logística de Distribuição. Logística Reversa. Indicadores de Desempenho. Planejamento Logístico.

Bibliografia Básica:

HOEK, Remko Van; HARRISON, Alan. *Estratégia e gerenciamento da logística*. São Paulo: Futura, 2003.

ALVES, Maria Rita Pontes Assunção. *Logística Agroindustrial*. In: BATALHA, Mário Otávio (Coord.). *Gestão Agroindustrial*. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2001. Vol. 1 e 2.

Bibliografia Complementar:

CAIXETA-FILHO, José Vicente; GAMEIRO, Augusto Hauber . *Transporte e Logística em Sistemas Agroindustriais*. São Paulo: Atlas. 2001.

BOWERSOX, Donald J., CLOSS, David J.. *Logística Empresarial: O Processo de Integração da Cadeia de Suprimento*. São Paulo: Atlas. 2001.

Organização, Sistemas e Métodos II – 60h

EMENTA: Patologia Administrativa. Liderança e Delegação; Processo Decisório; Modelos organizacionais; Fundamentos da estrutura do projeto organizacional, arquitetura organizacional; configuração organizacional; planejamento do trabalho e tecnologia, dinâmica organizacional e o processo da mudança. Ambiente organizacional. Gerência de sistemas. Processos organizacionais. Análise das modelagens empresariais. Elaboração de projetos de racionalização.

Bibliografia Básica:

SIMCSIK, Tíbor. *OMIS: Métodos, Informação e Sistemas*. Vol. I. São Paulo: Makron Books. 1992.

Bibliografia Complementar:



CESG CENTRO DE ENSINO SUPERIOR DE SÃO GOTARDO

OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças de. *Sistemas, Organização & Métodos: Uma Abordagem Gerencial*. 13ª ed. São Paulo: Atlas. 2002.

CURY, Antônio. *Organização e Métodos: Perspectiva Comportamental & Abordagem Contingencial*. 4ª ed. São Paulo: Atlas. 1988.

Estágio Supervisionado - 80h

7º PERÍODO

Administração da Produção II – 40h

EMENTA: Gestão da Demanda e da Capacidade. Sistema MRP I. Sistema MRP II. Implantação do Sistema MRP. Sistema Just in Time. Sistema S&OP – Planejamento de Venda e Operações. Sistema MPS – Planejamento Mestre da Produção. Sistema ERP – *Enterprise Resources Planning*. Conjuntura Atual das Implantações de ERP no Brasil. Melhoria da Produção. Prevenção e Recuperação de Falhas. Qualidade Total.

Bibliografia Básica:

SLACK, Nigel. (et al). *Administração da Produção*. (Edição Compacta) São Paulo: Atlas. 1999.

Bibliografia Complementar:

SLACK, Nigel. (et al). *Administração da Produção*. 2ª ed. São Paulo: Atlas. 2002.

MOREIRA, Daniel A. *Administração da Produção e Operações*. São Paulo: Pioneira Thomson Learning. 2002.

GAITHER, Norman; FRAZIER, Greg. *Administração da Produção e Operações*. 8ª ed. São Paulo: Pioneira Thomson Learning. 2001.

MAYER, Raymond. R. *Administração da Produção*. São Paulo: Atlas. 1990.



CESG CENTRO DE ENSINO SUPERIOR DE SÃO GOTARDO

Elaboração e Análise de Projeto – 40h

EMENTA: Apresentando o projeto. Administrar projetos. Roteiro prático para a administração do projeto. Definição do produto. Como preparar o cronograma e o orçamento. Elaboração, Conteúdo e Avaliação de propostas. Execução do Projeto: planejamento e execução, processo de controle, ferramentas de controle, reuniões de coordenação, mudança no percurso, avaliação de resultados. A empresa, o gerente e a equipe: estrutura organizacional, a equipe do projeto as pessoas e a equipe, o gerente do projeto, autoridade e competência, liderança e motivação. Avaliação de resultados.

Bibliografia Básica:

MAXIMIANO, Antônio César A. *Administração de Projetos: transformando idéias em resultados*. 2ª ed. São Paulo: Atlas. 2002.

Bibliografia Complementar:

CARVALHO, Marly Monteiro. *Construindo Competências para Gerenciar Projetos: teoria e casos*. São Paulo: Atlas. 2005.

Princípios de Administração Pública – 40h

EMENTA: Tendências Contemporâneas da Administração Pública. Reformas Administrativas. Administração Direta e Indireta. Setor Público e Serviços Públicos. Privatização. Regulação dos Serviços Privatizados. Contratos Administrativos. Licitações. Concessões, Permissões e Autorizações. Parcerias Público-Privadas. Administração Pública Estadual e Municipal.

Bibliografia Básica:

TEIXEIRA, Elenaldo Celso. *O Local e o Global: limites e desafios da participação cidadã*. São Paulo: Cortez. 2001.

QUEIROZ, João Eduardo Lopes. *Licitações e Agronegócio* In: QUEIROZ, João Eduardo Lopes; SANTOS, Márcia Walquíria Batista dos. *Direito do Agronegócio*. Belo Horizonte: Fórum. 2005.



CESG CENTRO DE ENSINO SUPERIOR DE SÃO GOTARDO

QUEIROZ, João Eduardo Lopes. *Principais Aspectos Históricos, Sociológicos e Jurídicos da Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001. Direito Constitucional das Cidades. Quatro Anos de Existência do Estatuto das Cidades: Houve Mudanças?* In: Revista Fórum de Direito Urbano e Ambiental. Nº 23 – Setembro/Octubre de 2005.

Bibliografia Complementar:

KEINERT, Tania Margarete Mezzono. *Administração Pública no Brasil: Crises e Mudanças de Paradigmas*. São Paulo: Annablume/Fapesp. 2000.

QUEIROZ, João Eduardo Lopes Queiroz (Organizador). *Curso de Direito Administrativo Econômico*. São Paulo: Malheiros. 2006. 3 volumes.

BRITO, Carlos Ayres. *O Perfil Constitucional da Licitação*. Curitiba: ZNT. 1997.

MELLO, Celso Antônio Bandeira de. *Curso de Direito Administrativo*. São Paulo: Malheiros. 1999.

SOUTO, Marcos Juruena Villela. *Direito Administrativo Contratual*. Rio de Janeiro: Lúmen Júris. 2004.

SOUTO, Marcos Juruena Villela. *Direito Administrativo Regulatório*. Rio de Janeiro: Lúmen Júris. 2002.

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser; SPINK, Peter Kevin. *Reformado Estado e Administração Pública Gerencial*. Rio de Janeiro: FGV. 2001.

Administração Mercadológica III – 40h

EMENTA: Marketing Estratégico. Bases do Marketing Estratégico: Principais Ações das Firms Agroindustriais. Marketing e Agronegócio nos dias atuais. Marketing Mix e Agronegócio: Produto, Preço, Distribuição e Composto Promocional. Tendências Relacionadas ao Marketing no Agronegócio.

Bibliografia Básica:

BATALHA, Mário Otávio Batalha (et. al.). *Marketing Estratégico Aplicado ao Agronegócio*. In: BATALHA, Mário Otávio (Coord.). *Gestão Agroindustrial*. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2001. Vol. 1.

Bibliografia Complementar:



XAVIER, Coriolano; MEGIDO, J. L. Tejon. *Marketing e Agribusiness*. São Paulo: Atlas. 1997.

Revista Exame

Site da ESPM - <http://www.espm.br>

Gestão de Cooperativas – 40h

EMENTA: Contexto Atual do Cooperativismo e Tendências. Modelo de Gestão de Cooperativas. Estruturação do Processo de Planejamento das Cooperativas. Planejamento Estratégico em Cooperativas. Estruturação Organizacional através de Departamentalização. Estruturação do Processo Diretivo de Cooperativas. Estruturação do processo de acompanhamento, avaliação e aprimoramento dos resultados das cooperativas

Bibliografia Básica:

OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças de. *Manual de Gestão das Cooperativas: Uma Abordagem Prática*. 3ª ed. São Paulo: Atlas. 2006

Bibliografia Complementar

Site: www.fea.usp.br/FIA/pensa

Site: www.ocb.org.br

Planejamento e Projetos Agropecuários – 40h

EMENTA: Estratégias Empresariais: Formas básicas de organização das firmas, contratos e custos de transação, estratégia de crescimento das firmas, parcerias e alianças estratégicas: terceirização, fusões e aquisições. Níveis de planejamento. Estimativa de despesas e receitas. Orçamentação total e parcial. Análise econômica de projetos. Avaliação de retorno financeiro. Decisões de investimentos. Financiamentos Agropecuários.

**CESG CENTRO DE ENSINO SUPERIOR DE SÃO GOTARDO**

Bibliografia Básica:

LUCIANO, M. A. & ARNO, H. *Manual de Administração Rural: Custos de Produção*. 3ª ed. Guaíba: Editora Agropecuária. 1999.

LUCIANO, M. A & ARNO, H. *Agroqualidade – Qualidade Total na Agropecuária*. 2ª ed. Guaíba: Editora Agropecuária. 1999.

CALLADO, Antônio André Cunha Callado. *Agronegócio*. São Paulo: Atlas. 2005.
NANTES, José Flávio Diniz (et. al.). *Gestão da Produção Rural*. In: BATALHA, Mário Otávio (Coord.). *Gestão Agroindustrial*. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2001. Vol. 1.

Bibliografia Complementar:

NORONHA, José F. *Projetos Agropecuários*. 2ª ed. São Paulo: Atlas. 1987.

SADDI, Jairo. *Fusões e Aquisições: Aspectos Jurídicos e Econômicos*. SADDI, Jairo (Organizador). São Paulo: IOB. 2002.

Agronegócios e Estrutura dos Mercados – 40h

EMENTA: O instrumental da organização industrial aplicado ao Agronegócio. Competição dos mercados agroindustriais. A dimensão espacial dos mercados agroindustriais e seus desempenhos. Desempenho de mercados agro-industriais na dimensão temporal. Integração horizontal e vertical e os mercados agroindustriais. Mercados oligopolizados. Integração com cadeias agroindustriais internacionais.

Bibliografia Básica:

CALLADO, Antônio André Cunha Callado. *Agronegócio*. São Paulo: Atlas. 2005.

Bibliografia Complementar:

NEVES, Marcos Fava; ZYLBERSZTAJN, Décio, NEVES, Evaristo Marzabal. *Agronegócio do Brasil*. São Paulo: Saraiva. 2005.

JOHNSTON, Bruce F.; KILBY, Peter. *Agricultura e Transformação Estrutural: Estratégias Econômicas de Países em Desenvolvimento*. Rio de Janeiro: ZAHAR. 1977.

**Administração de Sistemas de Informação I – 40h**

EMENTA: Dados e informações na empresa. Papel da informação nas organizações. Sistemas de informações. Métodos de informatização. A organização e suas relações internas e externas: Sistemas e funções organizacionais. O sistema, os modelos de gestão e o gestor. Informação nas organizações. Sistemas de informação. Classificações de sistemas de informação. Modelos de sistemas de informação. Modelo de informações organizacionais. Modelos decisórios.

Bibliografia Básica:

REZENDE, Denis Alcides. *Sistemas de Informações Organizacionais: Guia Prático para Projetos em Cursos de Administração, Contabilidade, Informática*. São Paulo: Atlas. 2005.

Bibliografia Complementar:

OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças. *Sistemas de Informações Gerenciais*. 8ª ed. São Paulo: Atlas. 2002.

Estágio Supervisionado – 80h**8º PERÍODO****Comércio Exterior – 60h**

Teoria e Prática do Comércio Exterior. Principais técnicas e estratégias utilizadas em negociações internacionais. Simulação de situações práticas. Limitações e incentivos legais. Comércio Internacional regulamentado. Modificação dos fatores não homogêneos. Custo de transporte. Monopólios.

Bibliografia Básica:



CESG CENTRO DE ENSINO SUPERIOR DE SÃO GOTARDO

DIAS, Reinaldo; RODRIGUES, Waldemar. *Comércio Exterior: Teoria e Gestão*. São Paulo: Atlas. 2004.

Bibliografia Complementar:

VASQUEZ, José Lopes. *Manual de Exportação*. 2ª ed. São Paulo: Atlas. 2002.

BARRAL, Welber. *Dumping e Comércio Internacional*. Curitiba: Juruá.

BARRAL, Welber. *O Brasil e a OMC*. Curitiba: Juruá.

BARRAL, Welber. *O Brasil e o Protecionismo*. São Paulo: Aduaneiras. 2002.

BARRAL, Welber. Protecionismo Agrícola e Sistema Multilateral de Comércio. In: QUEIROZ, João Eduardo Lopes; SANTOS, Márcia Walquíria Batista dos. *Direito do Agronegócio*. Belo Horizonte: Fórum. 2005.

SILVA NETO, Orlando Celso. Barreiras não tarifárias ao Comércio Internacional. In: QUEIROZ, João Eduardo Lopes; SANTOS, Márcia Walquíria Batista dos. *Direito do Agronegócio*. Belo Horizonte: Fórum. 2005.

Pesquisa Operacional – 60h

EMENTA: Programação linear. Programação linear inteira. Programação não-linear. Princípios da simulação. Programação da produção. O problema da sequenciação. Problema de estoque. Problema de localização e distribuição em rede. Modelos de transporte e designação, Redes, Programação Dinâmica e Simulação (PERT CPM; GANTT). Teoria das Filas.

Bibliografia Básica:

COSTA, Miguel Antonio Bueno da. *Pesquisa Operacional Aplicada à Agroindústria*. In: BATALHA, Mário Otávio (Coord.). *Gestão Agroindustrial*. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2001. Vol. 2.

Mercado de Capitais e de Commodities – 40h

EMENTA: Economia: Sistema Econômico, Tipos de Mercado, Estruturas de Mercado-Visão Teórica de Concorrência, Comercialização. Sistema de Comercialização: Noções, Concorrência de Mercado e Comercialização de Produtos Agrícolas, Estrutura de Comercialização. Organização da Estrutura do Mercado: Níveis de Mercado (local,



CESG CENTRO DE ENSINO SUPERIOR DE SÃO GOTARDO

atacadista, varejista) e Integração. Instrumentos Contratuais de comercialização. Principais commodities (soja, café, laranja, milho, suíno, bovino, frango, laticínios, arroz). Bolsas de Mercadorias e Futuros. Investimentos e intermediação financeira. Mercado de capitais: estrutura e controle. Produtos e serviços do mercado de capitais. Mercado de derivativos. O novo mercado de capitais da Bovespa. A globalização do mercado financeiro.

Bibliografia Básica:

MARQUES, Pedro Valentin. *Mercado Futuro e de Opções Agropecuários*. In: ZYLBERSZTAJN, Décio; NEVES, Marcos Fava (org). *Economia e Gestão dos Negócios Agroalimentares*. São Paulo: Thompson, 2005.

BUENO, Jaime Donizeti. *Operações em Mercados a Termo, Futuros e de Opções: O Agronegócio em Questão*. Revista Conjuntura Agroindustrial. N. 1.

MATOS, Alan Kardec Veloso; ALVARENGA, José Eduardo de. *As Bolsas de Mercadorias e Futuros* In: QUEIROZ, João Eduardo Lopes; SANTOS, Márcia Walquíria Batista dos. *Direito do Agronegócio*. Belo Horizonte: Fórum. 2005.

Bibliografia Complementar:

TRINDADE, Marcelo F. O papel da CVM e o Mercado de Capitais In: *Fusões e Aquisições: Aspectos Jurídicos e Econômicos*. SADDI, Jairo (Organizador). São Paulo: IOB. 2002.

Administração de Sistemas de Informação II – 40h

EMENTA: Projeto e Implementação de Sistemas de Informação. Gestão de projetos de sistemas de informação. Perspectiva em Sistemas de Informação: Integração da informação, Qualidade, produtividade e efetividade da informação, Divulgação da informação, Sistemas de conhecimentos e Inteligência organizacional. Planejamento estratégico organizacional. Planejamento estratégico de informações.

Bibliografia Básica:

REZENDE, Denis Alcides. *Sistemas de Informações Organizacionais: Guia Prático para Projetos em Cursos de Administração, Contabilidade, Informática*. São Paulo: Atlas. 2005.

Bibliografia Complementar:

OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças. *Sistemas de Informações Gerenciais*. 8ª ed. São Paulo: Atlas. 2002.

Administração de Recursos Materiais e Patrimoniais – 80h

EMENTA: Visão logística. Administração de estoques: Políticas, Tipos, Custo, Planejamento, Previsão, Avaliação dos Níveis, Estoque de Segurança e Custos de Armazenagem.

Armazenagem. Planejamento e controle da produção – PCP: Funções do PCP, Liberação das ordens, Controle, Conceitos básicos e objetivos da programação, Material requirement planning (MRP) e manufacturing resources planning (MRP II), Planejamento e autoridade para decisão, Lote econômico de produção, Just in time na produção. Suprimentos/Compras: atendimento dos requisitos de operação, compras e sua função e objetivos, atividades de compras, estrutura organizacional de compras, ética em compras, atuação de compras, lote econômico de compras, análise econômica de compras. Distribuição e Transporte. Recursos Patrimoniais: Classificação e codificação, Depreciação, vida econômica dos recursos patrimoniais.

Bibliografia Básica:

POZO, Hamilton. *Administração de Recursos Materiais e Patrimoniais*. 3ª ed. São Paulo: Atlas. 2004.

Bibliografia Complementar:

DIAS, Marcos Aurélio Pereira. *Administração de Materiais*. 5ª ed. São Paulo: Atlas. 2005.

Administração de Varejo – 40h

EMENTA: O que é um varejista? Tipos de Varejo. Significado econômico do varejo. Oportunidades no varejo. Processo de tomada de decisões na administração de varejo. Cliente de Varejo. Comportamento de Compra do Cliente. Estratégia de Mercado de



CESSG CENTRO DE ENSINO SUPERIOR DE SÃO GOTARDO

Varejo. Locais e Seleção de Local de Varejo. Gerenciamento de recursos humanos e estrutura organizacional. Logística de varejo integrados. Gerenciamento de mercadorias: planejando o sortimento de mercadorias, sistemas de compras para o varejo, promoção de varejo. Gerenciando a loja: layout, design e merchandising.

Bibliografia Básica:

ANGELO, Claudio Felisoni de. (Coordenador) *Varejo - modernização e perspectivas*. São Paulo: Atlas. 1994.

Artigos disponíveis no site: <http://www.fundacaofia.com.br/provar/artigos.asp>

SPROESSER, Renato Luiz. *Gestão Estratégica do Comércio Varejista de Alimentos*. In: BATALHA, Mário Otávio (Coord.). *Gestão Agroindustrial*. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2001. Vol. 1.

Bibliografia Complementar:

WEITZ, Barton A.; LEVY, Michael. *Administração de Varejo*. São Paulo: Atlas. 2000.

Estágio Supervisionado – 80h